

# FOLHA DE LONDRINA

NA CONTRAMÃO  
TJ veta divulgação de  
salários de servidores

20 JUN 2012

## OAB vai recorrer contra decisão do TJ

Na contramão da Lei de Acesso à Informação,  
Judiciário veta divulgação de salário de servidores estaduais

Rubens Chueire Jr.  
Equipe da Folha

**Curitiba** - A Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR) vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para mudar a decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (- TJPR) anunciada na noite de segunda-feira de barrar a divulgação dos salários dos servidores públicos estaduais dos Três Poderes. A decisão foi tomada pelo Órgão Especial do TJPR ao julgar a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo ex-deputado estadual Jocelito Canto contra a Lei Estadual de Transparência, aprovada pela Assembleia Legislativa em 2010 e em vigência desde o ano passado.

O presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, além de reforçar que a decisão é um retrocesso, lembrou que o STF, com base na Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no último dia 16, decidiu publicar o nome e o salário individualizado de todos os seus servidores e, por esta decisão, sinaliza que a publicidade não fere a Constituição. "Ainda não tive acesso ao acórdão, mas sem dúvida após analisar o documento, vamos recorrer junto ao STF. Apesar da decisão se tratar da Lei Estadual

de Transparência, existe uma legislação federal que reforça a publicação dos dados dos servidores dos Três Poderes", afirmou. O texto da Lei Estadual da Transparência foi elaborado em parceria pela OAB-PR e Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe).

Na ADI julgada pelo TJPR, Jocelito argumentava que, ao aprovar a norma de publicação, a AL teria interferido na independência dos demais Poderes por prever obrigações a eles. Conforme a decisão do Tribunal, dois pontos da lei foram julgados ilegais, ao menos em parte - a publicidade da remuneração individualizada dos servidores e a necessidade de o TJPR divulgar seus atos no Diário Oficial do Estado, mantido pelo governo.

Para os desembargadores que julgaram a ADI, a exposição dos nomes, lotações e salários viola o direito a privacidade dos servidores públicos. No julgamento, o órgão ainda decidiu que o Diário da Justiça Eletrônico já confere a publicidade necessária aos atos do Judiciário e que não é necessário divulgá-los no Diário do Executivo. Os outros pontos da legislação foram mantidos.

"É um momento de transparência de todos os órgãos públicos do Brasil. Tanto que o governo federal vai publicar todas as informações de seus servidores", completou Glomb. As informações sobre as remunerações pagas pelo governo federal vão começar a ser expostas na internet até o próximo dia 30, de acordo com portaria interministerial publicada em maio no Diário Oficial da União.

### Assembleia

Depois da decisão do Órgão Especial do TJ, o presidente da AL, deputado Valdir Rossoni (PSDB), disse que a Casa não vai mais publicar a remuneração paga a cada um dos servidores efetivos e comissionados, conforme estava previsto e chegou a ser anunciado.

Pelo menos, esta é a decisão de momento. "Não podemos ser contra uma decisão da Justiça, isso não se discute.

**Assembleia não  
vai mais publicar  
informações sobre  
servidores**

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

20 JUN 2012

Não vou fazer algo pelo que eu possa ser questionado na Justiça. Como falamos desde o primeiro momento sobre este assunto, a Casa está pronta para fazer essa divulgação, mas queremos fazer isso junto com outros Poderes, para não haver questionamentos", respondeu Rossoni.

Segundo ele, "mais cedo ou mais tarde" essa publicação deverá ocorrer. Mesmo sem a tabela com nomes e salários discriminados, hoje é possível consultar, no Portal da Transparência da AL, relação de quanto pode ser pago a cada servidor, com base em valores de salário e demais benefícios. (colaborou Luciana Cristo).



*Para o presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, medida é um retrocesso*

# FOLHA DE LONDRINA

## MAZZA 20 JUN 2012

### Uma 'ilha' jurídica

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, contrariando interpretação do STF, decidiu, por unanimidade, considerar inconstitucional a divulgação de salários de servidores públicos, sob o fundamento de que a medida fere o princípio da privacidade. É inerente ao exercício da magistratura, independentemente do grau, o fundamento do autoconvencimento. Como se trata de entendimento coletivo e não individual essa decisão ganha mais densidade.

A divulgação dos vencimentos de trabalhadores públicos é uma decorrência natural da Lei de Acesso à Informação Pública e sempre se constituiu num fator de resistência das corporações sob as mais diversas alegações e a estrutura sindical do setor vai se sentir confortada com a decisão do TJ paranaense,

É visível que teremos uma pendência séria e que precisaremos de muito talento para sairmos bem do episódio. O fato é que está rompido o marasmo que se seguiu à decisão do STF e o Paraná, que raramente ganha destaque positivo na área judicial, tem oportunidade de sair da obscuridade e inclusive de remover algumas caricaturas que sofre ao longo do tempo, uma delas atribuída a Pontes de Miranda que pela insolência e deselegância, não habitual no nosso maior constitucionalista, tem todo o jeito de factóide.

Força e luz, desembargadores da terra. Como o Coxa no nacional hoje, vocês são os nossos craques, inspirados na hermenêutica mais apurada, nessa emulação com a mais alta Corte do país.

## INFORME

### Perguntinha

Por que há tanto temor do Judiciário paranaense em revelar na internet, como determina a Lei de Acesso à Informação, o valor e o nome dos servidores dos Três Poderes no Estado?

20 JUN 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **'Pacotão' do TJ é aprovado**

Os deputados estaduais aprovaram na sessão plenária de ontem oito projetos de lei de autoria do Poder Judiciário, entre eles a criação de 220 cargos comissionados e o reajuste de 5,1% aos servidores daquele órgão. Um dos projetos passou em redação final e outros sete em segunda discussão, sem terem recebido emendas no curso de sua tramitação e, por isso, conforme requerimento do presidente do Legislativo, Valdir Rossoni (PSDB), foram dispensadas de novas votações. Assim, as oito matérias serão enviadas agora à sanção (ou veto) governamental.

20 JUN 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### **Prefeitura x SP Alimentação**

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Gonçalves, julgou improcedente no início deste mês uma ação da empresa SP Alimentação e Serviços Ltda., empresa investigada nacionalmente por integrar o chamado "Cartel da Merenda", contra o município de Londrina. A empresa ajuizou ação contra a Prefeitura cobrando o pagamento de R\$ 563.978,85, relativos a notas fiscais não pagas. No mérito, o juiz acolheu os argumentos do município reconhecendo que todos os pagamentos foram feitos corretamente. A empresa foi ainda condenada a pagar as custas processuais e honorários do processo. Cabe recurso da decisão.

### **Licitação travada**

A 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba negou liminar em favor da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná para que prosiga com a licitação para contratar uma empresa responsável pela produção do conteúdo da TV Sinal, emissora oficial do Legislativo estadual. Ainda falta análise do mérito. O presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), disse que a procuradoria da Casa vai analisar as medidas a serem tomadas e avaliar se será necessário fazer um aditivo no contrato vigente, que está quase no fim, que é com a produtora GW.

20 JUN 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## Divisão de salas gera discórdia entre juízes e promotores

Magistrados questionam  
determinação que prevê instalações  
privativas e independentes para  
membros do MP nos fóruns das  
pequenas comarcas

**Luciana Cristo**  
*Equipe da Folha*

**Curitiba** - Os magistrados paranaenses vão questionar na Justiça determinação que prevê que promotores e juízes tenham salas de mesmo tamanho para trabalharem, nos prédios dos fóruns do Paraná. A medida que prevê instalações privativas e independentes nos edifícios das sedes administrativas ou nos fóruns, em igualdade de condições com as destinadas aos magistrados, está garantida pela Constituição do Estado e pela Lei Orgânica do Ministério Público (MP) do Paraná. Para rever a norma, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar).

Embora nas grandes comarcas do Estado o MP tenha prédio próprio, essa não é a regra em cidades pequenas, onde é comum que promotorias

funcionem dentro do Fórum, dividindo o espaço com o trabalho do Judiciário. Contrária, a AMP destaca: "O uso de espaços físicos, nos prédios públicos afetados ao Poder Judiciário, nos limites das possibilidades e prioridades dos serviços judiciais, é por tradição da administração do Poder Judiciário".

Na ação, a AMB argumenta que há vício de inconstitucionalidade formal e material nas normas vigentes no Paraná, porque somente os tribunais poderiam dispor nesse sentido em seus regimentos e porque haveria violação ao princípio da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, "seja por impor obrigação financeira que onera o orçamento do Judiciário, seja, ainda, por violação ao princípio da independência dos poderes".

Os magistrados também apontam que o Judiciário está encontrando "sérias dificuldades" para atender a essa normatização, "que está impondo o ônus de arcar com as vultosas quantias decorrentes da ocupação indevida de considerável espaço dos seus prédios pelo MP, em prejuízo dos serviços judiciários e do autogoverno do Poder Judiciário, que inclusive vem enfrentando diversos problemas na gestão de seus prédios em razão da indevida ingerência administrativa do MP nas dependências dos fóruns". Ontem, o MP não comentou o caso.

# FOLHA DE LONDRINA

## Ajufe promete dar apoio a juiz ameaçado

20 JUN 2012

Brasília - A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) informou ontem em nota que irá dar "apoio irrestrito" ao juiz Paulo Augusto Moreira Lima, que deixou a ação que investiga o empresário Carlinhos Cachoeira. O juiz pediu para sair do caso afirmando ter recebido ameaças contra ele e sua família, de acordo com reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo".

"A Ajufe está prestando total assistência ao Magistrado e considera grave a divulgação indevida do ofício dirigido à Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região", afirma a nota assinada pelo presidente da entidade, Nino Oliveira Toldo.

Segundo ele, a associação entrou em contato com a Polícia Federal e com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para tratar do caso. Mais cedo, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Ayres Britto, classificou como de "gravidade qualificada" o caso do juiz. "Não se pode ameaçar, do ponto de vista da integridade física e nem moral ou psicológica, nenhum julgador. Muito menos o julgador e sua família", disse Ayres Brito.

**CLÁUDIO HUMBERTO**

"Não podemos ter juízes covardes.  
Não podemos ter juízes ameaçados."

Ministra **Eliana Calmon**, do CNJ, sobre as ameaçadas ao juiz da Operação Monte Carlo

# FOLHA DE LONDRINA

DORA KRAMER

20 JUN 2012

## Desafio ao Estado

De um lado, a transferência - "por exposição junto à criminalidade" - do juiz Paulo Augusto Moreira Lima da 11.ª Vara Federal em Goiás para instância distante do processo.

Moreira Lima foi o responsável pela decretação da prisão de Carlos Cachoeira, pela autorização à Polícia Federal para interceptar telefonemas de suspeitos de integrar a quadrilha e pediu afastamento devido a ameaças diretas e indiretas a si e sua família.

A procuradora Léia Batista, que atua no caso pelo Ministério Público de Goiás, também se sente ameaçada e pediu ao Conselho Nacional de Justiça que tome providências para garantir-lhe a segurança.

De outro lado, as decisões do juiz Tourinho Neto, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Distrito Federal e Goiás, entre outros Estados), que provavelmente têm fundamentação jurídica não obstante deem margem a questionamentos por parte de seus próprios pares.

Tourinho Neto tem sido generoso com a defesa de Cachoeira: determinou cancelamento de depoimento do réu na Justiça, deu voto como relator a favor da ilicitude das escutas da PF e decretou a libertação do acusado que só continuou preso por força de mandado decorrente de outro inquérito policial.

No meio disso, uma CPI bamba, perdida em minúsculas picuinhas de natureza partidária e, se não se cuidar, em via de entrar para o rol dos suspeitos.

Por ação, omissão ou interpretação condescendente sobre a higidez do Estado de direito, se acumulam sinais de que o bando pode ser bem-sucedido nas investidas para obstruir a ação da Justiça e celebrar contente a impunidade no final.

Evidencia-se também o caráter mafioso da organização criminosa alvo de três inquéritos policiais, um processo judicial em curso e uma comissão parlamentar de inquérito composta por deputados e senadores.

Por que falar em máfia? Porque é do que se trata: empresa de fins criminosos que busca dar feição legal aos negócios mediante infiltração no Estado e cooptação de agentes públicos e privados. Movimenta-se com desenvoltura nos subterrâneos das instituições e usa de violência.

Nos contornos até agora conhecidos da rede montada por Carlos Augusto de Almeida Ramos, cuja qualificação como mero "contraventor" soa amena, faltava o fator violência.

Não falta mais. O juiz Moreira Lima, no ofício em que denuncia as pressões à presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, fala em "homicídios" cometidos pela quadrilha por ele investigada.

A própria existência dessas ameaças remete ao caso da juíza Patrícia Acioli, assassinada por sua atuação em processos envolvendo policiais integrantes de milícias no Rio de Janeiro.

Evidente, pois, que a CPI que investiga o esquema Cachoeira e suas ramificações está diante de algo grande.

Tão grande que a comissão só tem um caminho: suspender as tentativas de proteger esse ou aquele grupo e retomar os trabalhos na próxima semana com a seriedade, compreendendo o que se passa debaixo de seu nariz.

Ou faz isso e prossegue nas investigações para valer apesar dos pesares que porventura venham a pesar sobre parlamentares, governadores, prefeitos, empresários e quem mais esteja envolvido, ou a comissão de inquérito terá sido cúmplice.

Qualquer recuo a partir de agora pode significar o acobertamento de ações do crime organizado dentro do Congresso Nacional e uma gravíssima agressão às instituições.

O que está em jogo é a autoridade do Estado, desafiada quando funcionários públicos são ameaçados no exercício de quaisquer funções, mais ainda se estas dizem respeito a apuração de crimes contra o poder público e nas entranhas dele.

Não é o juiz quem tem de se afastar em nome de sua segurança, mas o Estado que precisa lhe garantir a vida, prender os autores das ameaças e assegurar condições para o desbaratamento dessa máfia.

Qualquer coisa diferente disso equivale a transferir aos bandidos um poder de decisão que não lhes pertence e pôr de antemão o juiz (ou juíza) substituto sob suspeita ou risco de morte.

**O que está em jogo é a autoridade do Estado, desafiada quando funcionários públicos são ameaçados no exercício de quaisquer funções, mais ainda se estas dizem respeito a apuração de crimes contra o poder público e nas entranhas dele**



20 JUN 2012

## FOLHA DE LONDRINA

# Justiça do Mato Grosso acata denúncia contra 'aloprados'

**Cuiabá** - Seis anos após o escândalo do dossiê antitucano, o juiz da 7ª Vara Criminal da Justiça Federal em Mato Grosso, Paulo César Alves Sodré, aceitou denúncia oferecida pela Procuradoria da República no Estado contra nove envolvidos no caso que ficou conhecido nacionalmente como o caso dos "aloprados".

A denúncia foi oferecida pelos procuradores Douglas Santos Araújo, Ludmila Bortoleto Monteiro e Marcellus Barbosa Lima. Consta na lista dos réus Gedimar Pereira Passos, Valdebran Carlos Padilha, Jorge Lorenzetti, Expedito Afonso Veloso, Osvaldo Bargas, Hamilton Feitosa Lacerda, Fernando Manoel Ribas Soares, Sirley da Silva Chaves e Levy Luiz da Silva Filho.

O advogado de um dos principais envolvidos, Valdebran Padilha, disse que os crimes que constam nos autos "não condizem com a realidade". O advogado espera a citação do seu cliente para "fazer uma análise e entrar com eventual impetração de um habeas corpus requerendo o trancamento da ação".

### O caso

Militantes petistas foram acusados de tentar comprar um dossiê contra o ex-governador de São Paulo José Serra (PSDB) e Geraldo Alckmin, candidato à Presidência na época. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou de "aloprados" os petistas que participaram do episódio. O

caso tentava ligar os tucanos candidatos com a máfia dos sanguessugas, de venda superfaturada de ambulâncias para prefeituras e órgãos públicos em 2006.

Dois dos agora réus foram presos pela Polícia Federal na madrugada do dia 15 de setembro de 2006 num hotel próximo ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Com eles os policiais apreenderam dólares e reais, no total de R\$ 1,7 milhão. No quarto do hotel estavam o empreiteiro em Mato Grosso Valdebran Padilha, que era filiado ao PT e foi preso em flagrante com o então assessor da campanha à reeleição do presidente Lula, Gedimar Passos. Na ocasião, eles disseram à polícia que se encontraram para negociar um dossiê contra o PSDB.

20 JUN 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# AMB questiona garantia de local de trabalho ao MP-PR

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4796), no Supremo Tribunal Federal (STF), contra dispositivos da Constituição estadual e da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná (LC estadual 85/1999), que obrigam o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) a fornecer aos membros do Ministério Público instalações de trabalho semelhantes às utilizadas pelos juizes de direito nos fóruns e varas do Estado.

Segundo a AMB, por tratarem de questões de economia interna do Poder Judiciário, pertinentes à competência privativa para dispor sobre as instalações físicas necessárias ao trabalho e ao exercício das atividades de seus membros e servidores, tais normas são in-

constitucionais porque somente os tribunais podem dispor sobre a matéria em seus regimentos.

Ainda segundo a entidade, como tais dispositivos legais estão tirando do Poder Judiciário parte do espaço físico de seus prédios, está sendo violado o princípio da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, seja por impor obrigação financeira que onera o seu orçamento, seja por violação ao princípio da independência dos Poderes. Embora a obrigação esteja vigente há mais de 20 anos, somente passou a ser exigida depois da edição da Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná, em 1999, segundo a AMB.

“Desde então tem o Poder Judiciário encontrado sérias dificuldades para atender a esse comando, que está impondo o ônus de arcar

com as vultosas quantias decorrentes da ocupação indevida de considerável espaço dos seus prédios pelo Ministério Público, em prejuízo dos serviços judiciários e do autogoverno do Poder Judiciário, que inclusive vem enfrentando diversos problemas na gestão de seus prédios em razão da indevida ingerência administrativa do Ministério Público nas dependências dos fóruns”, alega a AMB.

A entidade pede liminar para suspender a eficácia dos dispositivos questionados (parágrafo 2º do artigo 101 da Constituição estadual e parágrafo 2º do artigo 3º da Lei Complementar 85, do Estado do Paraná) No mérito, pede que a ação seja julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade das normas. O relator da ADI é o ministro Gilmar Mendes.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## TRE-PR inaugura três novos fóruns eleitorais 20 JUN 2012

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná inaugura três novos Fóruns Eleitorais esta semana. Primeiro, na quinta-feira, 21, às 18:00 horas, será inaugurado o Fórum Eleitoral Dr. Luís Mitsuyoshi Taguchi, no município de Marialva, situado na Avenida Tio Ribas, s/n. Na sexta, dia 22, serão inaugurados os outros dois. Pela manhã, às 10:00 horas, acontece a inauguração do Fórum Eleitoral Horley Cleve Costa, no município de Faxinal, situado na Rua Benedito Cirilo, s/n. Pouco depois, às 13:30 horas, será inaugurado o Fórum Eleitoral Des. Silvio Romero Stadler de Souza, no município de São João do Ivaí, situado na confluência das Ruas Presidente Kennedy, Tiradentes e Ivaiporã. Os novos fóruns são os de números 95, 96 e 97 inaugurados no Estado. Todos possuem uma área de 250 m<sup>2</sup> e custaram R\$ 322.985,96, R\$ 325.806,27 e R\$ 328.936,28, respectivamente.

O TRE-PR vem implantando um projeto pioneiro em todo o Brasil: a construção de Fóruns Eleitorais no Interior do Estado. Os Fóruns Eleitorais de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Guarapuava, Colombo, São José dos Pinhais, Paranaguá, Umuarama, Santo Antônio da Platina, Francisco Beltrão, Campo Mourão, Paranavaí, Apucarana, Toledo, Campo Largo, Cornélio Procópio, União da Vitória, Araucária, Almirante Tamandaré, Cambé, Pinhais, Pato Branco, Cianorte, Arapongas, Jacarezinho, Marechal Cândido Rondon, Piraquara, São Mateus do Sul, Fazenda Rio Grande, Medianeira, Castro, Bandeirantes, Jaguariaíva, Guaíra, Rolândia, Irati, Rio Negro, Pitanga, Laranjeiras do Sul, Sarandi, Lapa, Telêmaco Borba, Ivaiporã, Dois Vizinhos, Capanema, Cruzeiro do Oeste, Matelândia, Ibiporã, Ubiratã, Goioerê, Ibaiti, Corbélia, Assis

Chateaubriand, Astorga, Nova Esperança, Campina Grande do Sul, Rio Branco do Sul, Prudentópolis, Mandaguari, Paranacity, Ribeirão do Pinhal, Nova Londrina, Jandaia do Sul, Imbituva, São Miguel do Iguaçu, Loanda, Colorado, Andirá, Matinhos, Palmas, Santa Helena, Clevelândia, Coronel Vivida, Joaquim Távora, Siqueira Campos, Piraí do Sul, Palotina, Pinhão, Realeza, Santo Antonio do Sudoeste, Cidade Gaúcha, Centenário do Sul, Guaratuba, Porecatu, Quedas do Iguaçu, Formosa do Oeste, Santa Izabel do Ivaí, Arapoti, Sengés, Cerro Azul e Palmeira já estão em funcionamento.

Os Fóruns Eleitorais proporcionam um atendimento mais ágil e eficaz ao eleitor, que aguarda a emissão do seu título com conforto e por poucos minutos. Aproximadamente 80% do eleitorado paranaense é atendido em uma Central de Atendimento ao Eleitor, semelhante à de Curitiba, que conta com o Certificado ISO 9001/2000. Os terrenos dos Fóruns Eleitorais foram doados pelas prefeituras e as obras, realizadas com recursos do orçamento da União, são concluídas em tempo médio de cinco meses. Os Fóruns Eleitorais são divididos em três módulos: ÁREA ADMINISTRATIVA (Espaço com salas para o cartório eleitoral, juiz, conferência de títulos, audiência, além de instalações sanitárias e copa). DEPÓSITO DE URNAS (Área com capacidade para armazenamento das urnas do município e região, bem como instalações para realizar os procedimentos de carga e manutenção das urnas eletrônicas). CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ELEITOR (Destinada a receber os eleitores com conforto e agilidade, conta com uma ampla área, extremamente iluminada e arejada, com assentos e guichês de atendimento, sendo um preferencial.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Judiciário discutirá divulgação de programas

## 20 JUN 2012

Os integrantes do Sistema de Comunicação do Judiciário (Sicjus) reúnem-se no dia 28 de junho, sob coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para definir a estratégia da campanha de divulgação dos programas Pai Presente e de Conciliação. O Sicjus foi instituído em 2009 por meio da Resolução 85 do CNJ, com o objetivo de desenvolver a comunicação interna e externa do Judiciário, de forma integrada.

De acordo com a resolução, a comunicação com o público externo é um dos objetivos estratégicos da Justiça brasileira, e essa comunicação deve ser feita em “linguagem clara e acessível”, colocando à disposição da sociedade informações sobre as iniciativas do Judiciário e também sobre o julgamento de processos e atos processuais.

A composição do Comitê de Comunicação do Judiciário, que integra o Sicjus, foi definida pela Portaria 79, de 11 de junho de 2012, assinada pelo ministro Ayres Britto, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF). O Sistema é formado pelos secretários de Comunicação do CNJ, do STF, dos tribunais superiores, dos conselhos e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, dos tribunais de Justiça do estado da Bahia, do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A portaria estabelece ainda a convocação dos responsáveis pela comunicação dos tribunais de Justiça dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pará para auxiliar o Comitê de Comunicação. E permite que profissionais de comunicação do Ministério Público da União, da Ordem dos Advogados e de associações de servidores do Judiciário sejam convidados a participar das reuniões do Comitê.

20 JUN 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# CNJ vai apurar denúncia de ameaça a juiz de Goiás

A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, vai apurar o caso do juiz Paulo Augusto Moreira Lima, da Justiça Federal de Goiás, que, alegando receber ameaças contra ele e sua família, renunciou ao processo que tem como réu o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. A primeira providência da corregedora será um encontro, nesta terça-feira (19/6), com o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel Wedy.

A ministra informou que, ainda nesta terça-feira, deve convidar o Juiz Paulo Augusto Moreira Lima para uma conversa com o objetivo de conhecer as circunstâncias de seu afastamento do caso. "Nós não podemos ter juízes covardes, nós não podemos ter juízes ameaçados, não podemos aceitar que ameaças veladas, físicas ou morais, possam impedir que a nossa magistratura desempenhe suas funções", afirmou a corregedora.

Eliana Calmon anunciou também que pretende pedir esclarecimentos ao corregedor geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF 1), Carlos Olavo, para saber se ele simplesmente aceitou a renúncia

do juiz Paulo Lima ou tomou alguma providência adicional. "Até o momento, se essas providências foram tomadas eu as ignoro", disse a ministra.

Outro alvo da investigação da Corregedoria Nacional de Justiça é o juiz Leão Aparecido Alves, cotado para assumir o processo que investiga o contraventor Carlos Cachoeira. Interceptações da Polícia Federal identificaram um telefonema originado de um número do magistrado para uma pessoa acusada de envolvimento com a quadrilha investigada no processo.

Segundo Eliana Calmon, o juiz Leão Aparecido confirmou a um juiz auxiliar da Corregedoria Nacional a existência do telefonema e disse que, na ocasião, seu telefone estava emprestado a sua mulher. "Se a interceptação telefônica indicar qualquer envolvimento de alguém íntimo do juiz Leão Aparecido, como sua esposa, com algum envolvido com a quadrilha o juiz não poderá estar à frente das investigações", disse a corregedora.

Eliana Calmon informou ter sido procurada pelo juiz Paulo Augusto Moreira Lima, pela primeira vez, quando ainda não havia sido de-

flagrada a Operação Monte Carlo, investigação da Polícia Federal aberta para investigar as atividades do grupo de Carlos Cachoeira. Segundo ela, o juiz informou, na ocasião, que não estava se sentindo seguro à frente do processo, por este envolver pessoas importantes, como políticos e empresários. Segundo a corregedora, o juiz manifestou insegurança pelo fato de as provas colhidas no processo terem sido desqualificadas pelo TRF1. "O juiz disse estar preocupado por não se sentir seguro sequer perante os seus colegas", contou a ministra.

A partir daí, um juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça foi destacado para ir até Goiás apurar os fatos. Além disso, colocou a Corregedoria à disposição do juiz Paulo Lima para prestar-lhe o apoio que fosse necessário. De acordo com Eliana Calmon, após as providências tomadas pela Corregedoria Nacional de Justiça, o juiz Paulo Lima não mais procurou o órgão. A ministra tomou conhecimento das ameaças contra o juiz e seu afastamento pela imprensa e, imediatamente, fez contato com o magistrado para se inteirar da situação e tomar as providências cabíveis.

## NOTAS POLÍTICAS

### VOTOS SALVADORES

*Um fato que contraria o voto de relator em processo da Justiça Federal (TRF – 1ª Região) chama a atenção. Os votos dos magistrados que decidiram serem as gravações da Operação Monte Carlo, realizada pela Polícia Federal válidas foram proferidas pelos desembargadores Cândido Ribeiro e Marcos Augusto Souza. Contrariaram o voto inicial do relator Tourinho Neto. Se aprovado o voto de Tourinho, teria provocado um efeito cascata em todas as operações feitas durante a operação.*

### JUSTIÇA TARDIA

*A Justiça brasileira é sujeita a inúmeras protelações. O ministro Dias Toffoli do STF aceitou a argumentação da defesa do senador Demóstenes Torres (agora sem partido) e prorrogou a votação do Conselho de Ética do Senado sobre a cassação de seu mandato. Mesmo irritados com a decisão que dá mais três dias à defesa de Torres, a nova votação foi marcada para a próxima segunda-feira. Na Comissão, voto aberto. No Plenário voto secreto, em que Demóstenes joga suas fichas.*

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## CONCILIAÇÃO

# Mutirão promove acordos 20 JUN 2012 para mutuários do SFH

Audiências serão realizadas entre os dias 18 e 22 de junho em Curitiba.

**A** Vara do Sistema Financeiro de Habitação de Curitiba realiza, entre os dias 18 e 22 de junho, um novo mutirão de audiências de conciliação, que atenderá os mutuários do Banestado, Cohab, Itaú e Caixa Econômica Federal. Serão 50 audiências em média por dia, totalizando 250 revisões de contratos que estão nos tribunais para tentativas de conciliação a pedido do autor, das instituições financeiras, e também por indicações das duas juízas que presidem a Vara, Anne Karina Stipp Amador Costa e Cláudia Rocha Mendes Brunelli.

O objetivo é agilizar a solução de processos que envolvem contratos regidos pelo SFH. A Associação Nacional dos Mutuários - Regional do Paraná (ANM-PR) atualmente tem 6 mil casos pendentes e encaminhará para esse mutirão 27 contratos. Na última edição do mutirão do SFH, realizado em março, das 25 audiências encaminhadas pela ANM, metade foi acordada.

### ESFORÇO NACIONAL

A meta para 2012 é promover 10.707 audiências de conciliação em todo o país, conforme anunciou a ministra Eliana Calmon. Esse esforço nacional, além de proporcionar até o final do ano o retorno de R\$ 180 milhões ao SFH, tem por objetivos reduzir o estoque de processos relacionados ao SFH e garantir aos mutuários que há anos tentam na justiça renegociar suas dívidas, realizar o sonho da casa própria.

# Assembleia e TJ desistem de divulgar salários de servidores na internet

Recuo ocorre após o próprio Tribunal de Justiça declarar que a publicidade da remuneração é inconstitucional. Apesar disso, TC decide manter a divulgação

Daniela Neves e  
Euclides Lucas Garcia

■ A Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) decidiram voltar atrás na promessa de divulgar na internet, ainda neste mês, os nomes de seus servidores e os respectivos salários. O recuo dos dois órgãos ocorreu após a decisão judicial do Órgão Especial do TJ, tomada na segunda-feira, de considerar inconstitucional a divulgação individualizada da remuneração dos funcionários dos três poderes paranaenses.

A sentença do TJ contraria decisão administrativa do próprio Órgão Especial de divulgar os salários de forma individualizada. Ontem, o Tribunal de Justiça informou que decidiu manter no seu site apenas as funções e salários, sem identificar os servidores.

Já o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), que havia prometido divulgar os salários do Legislativo até o fim deste mês, disse que vai respeitar a decisão do TJ. "Decisão da Justiça não se discute, a gente respeita. Não podemos ser contra uma decisão da Justiça."

Porém, Rossoni disse acreditar que, mais cedo ou mais tarde, os poderes públicos serão obrigados a divulgar a informação completa. E quando isso ocorrer, afirmou ele, a Assembleia estará pronta para agir dessa forma. A Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR) inclusive já anunciou que irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do TJ.

O Tribunal de Contas do Paraná (TC), que já estava publicando na internet os salários e os nomes dos servidores, informou ontem que continuará a divulgar os dados, apesar da decisão da Justiça. O TC começou a fazer a publicação no fim de maio com base na Lei de Acesso à Informação, legislação federal. A decisão de anteontem do TJ declarou inconstitucional um trecho de outra legislação: a Lei Estadual da Transparência.

## Ação de deputado

A Lei da Transparência foi aprovada em 2010 e entrou em vigência no ano

passado. A decisão do TJ foi uma resposta à ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta pelo ex-deputado estadual Jocelito Canto. Ele pedia a declaração de inconstitucionalidade de toda a lei, mas o Órgão Especial do TJ considerou inconstitucional apenas dois trechos: o que previa a publicidade da remuneração dos servidores e o que obrigava o Judiciário estadual a divulgar seus atos no Diário Oficial do Estado.

O relator da Adin, desembargador Campos Marques, entendeu que vetar a divulgação dos salários era necessário para preservar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. "De fato, cabe perguntar, qual é o interesse público na divulgação do quanto percebe determinado funcionário público — 'o sr. José de tal', por exemplo?", questiona Marques no seu voto. "O interesse da população, respondendo, então, está em saber o número de cargos e funções em cada repartição, a respectiva atribuição, subsídio ou salário, em que condições têm direito a gratificações ou vantagens e, claro, em informação distinta, o nome de quem exerce tais cargos ou funções." O voto de Marques foi seguido por outros 19 desembargadores do Órgão Especial.

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Privacidade é argumento forte

20 JUN 2012

Desde que a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor, em 16 de maio, a presidente Dilma Rousseff ordenou a declaração da remuneração e os benefícios dos servidores públicos da União, atitude seguida pelo Supremo Tribunal Federal. O Congresso também prometeu fazer o mesmo. A lei federal, porém, não obriga a publicação do nome dos funcionários com sua respectiva remuneração. E a decisão de tornar público os salários vem gerando contestações judiciais por parte de sindicatos dos servidores federais.

Se por um lado o argumento favorável à transparência total é o de que o povo é o "patrão" do servidor e que tem direito a saber quanto cada um recebe, por outro a publicação dos nomes e de sua remuneração pode ser considerada uma violação ao direito à inviolabilidade da intimidade, previsto no artigo 5.º da Constituição Federal. O artigo diz que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

O professor de Direito Paulo Opuszka, do Unicuritiba, diz que esse é um argumento forte contra a publicação dos nomes na lista de salários. "O servidor tem direito a essa privacidade, o direito de não querer que todos saibam o que é depositado em sua conta",

diz Opuszka. Ele afirma que o que é legalmente previsto é a publicação de quanto cada função custa aos cofres públicos.

Foi acatando o argumento do direito à privacidade que o desembargador Ronald J. Moro, do Tribunal de Justiça, acatou, em fevereiro de 2010, o pedido de liminar do Sindicato dos Técnicos Industriais no Estado do Paraná (Sintec/PR) e outros sindicatos de trabalhadores da área de energia elétrica, proibindo o governo de divulgar na internet os salários dos funcionários da Copel. Na época, o governador Roberto Requião decidiu publicar a lista de servidores públicos, com seus respectivos salários, tanto do Poder Executivo quanto dos órgãos da administração indireta. A divulgação durou nove dias.

### VENCIMENTOS

Como os órgãos publicam salários dos servidores:

#### **Tribunal de Contas**

Informa o salário e o nome de cada servidor.

#### **TJ e MP**

Divulgam lista com os valores, mas omitem os nomes.

#### **Assembleia**

Mostra o valor de cada função, sem o nome dos servidores.

#### **Governo do Paraná**

Divulga nome e função de cada servidor, sem o salário. Em outra tabela, há a remuneração das funções.

#### **Prefeitura de Curitiba**

Não definiu como fará a publicação.



# 20 JUN 2012

## GAZETA DO POVO

### REPOSIÇÃO

#### **Servidores do TJ e do MP ganham reajuste de 5,1%**

Os deputados também aprovaram ontem o reajuste salarial de 5,1% aos servidores ativos, inativos e comissionados do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) e do Ministério Público do Paraná (MP). O índice é equivalente à inflação dos últimos 12 meses – maio de 2011 a abril de 2012 – e, portanto, não há aumento real no salário dos servidores. Pelos projetos, a reposição é retroativa ao dia 1º de maio.

A reposição de 5,1% está sendo autorizada para todos os servidores públicos do Paraná. O valor foi negociado pelo Executivo com o funcionalismo estadual no fim de maio e vem servindo de parâmetro para os outros

órgãos. O mesmo percentual já foi autorizado para os funcionários do Tribunal de Contas do Paraná (TC) e da Assembleia Legislativa.

Já as aposentadorias dos serventuários do fórum extrajudicial terão reajuste de 11,93%, também válido para 1º de maio. A reposição corresponde à inflação do período de maio de 2010 a abril de 2012 e terá impacto mensal de R\$ 780 mil.

# 11,93%

é o percentual de reajuste aprovado para os aposentados dos fóruns extrajudiciais. Valor correspondente à inflação acumulada de abril de 2010 a maio de 2012.

» PROJETO DE LEI

## Judiciário do Paraná terá mais 220 comissionados

Euclides Lucas Garcia

A Assembleia Legislativa aprovou ontem projeto de lei do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) que prevê a criação de 220 cargos comissionados para a estrutura do Judiciário, cuja remuneração mensal é de R\$ 2,5 mil. Neste ano, a previsão é de que a medida custe R\$ 5,6 milhões aos cofres do estado. No ano que vem, serão mais R\$ 9,6 milhões. A justificativa do TJ é de que os últimos cargos criados recentemente deram resultado, melhorando o atendimento à população. O texto, agora, segue para sanção do governador Beto Richa (PSDB).

Pela proposta, serão criados 100 cargos de assistentes de juízes em entrância final, com o objetivo de “contribuir para a elevação da produtividade da prestação jurisdicional”. “A absoluta prioridade de tratamento à criança e ao adolescente, o aumento vertiginoso de trabalho nos Juizados Especiais e a complexa problemática da execução da pena impõem a necessidade de se dotar esses juízes de cargo de assessor”, justifica o TJ.

Os outros 120 cargos serão de assistentes de desembargadores. Com a medida, o tribunal alega que poderá aumentar sua produtividade, assim como já foi possível por meio da recente criação de outras vagas comissionadas. “Prova disso é que o Poder Judiciário do Paraná foi o primeiro tribunal, dentre os de grande e médio porte, no cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça, em 2011”, diz o documento aprovado pelos deputados.

### Polêmica

Já a proposta do TJ que institui um “auxílio livro” para os magistrados do Paraná só deve ser votada daqui a duas semanas. Pela proposta, cada um deles teria direito a R\$ 3 mil anuais para comprar publicações jurídicas. Hoje, o benefício é restrito aos desembargadores. Caso a medida passe a valer para todos os 600 juízes do estado, o custo aos cofres públicos será de até R\$ 1,8 milhão por ano.

A polêmica em torno da matéria está no fato de o TJ pagar a compra de materiais que passarão a ser de propriedade dos magistrados. Para alguns deputados, isso seria inconstitucional. Diante do impasse, a votação em plenário foi adiada. Uma solução que deve ser proposta pelo deputado Caíto Quintana (PMDB), por meio de uma emenda ao texto, é que os livros adquiridos fiquem na comarca.

R\$ 5,6  
MILHÕES

salirão dos cofres públicos em 2012 para bancar 100 cargos de assistentes de juízes em entrância final que serão criados.

20 JUN 2012

GAZETA DO POVO

# Câmara rejeita pedido para que Ducci explique evolução patrimonial

Vereadores da oposição queriam que prefeito fosse à Casa esclarecer suspeitas de enriquecimento ilícito levantadas pela última edição da revista *Veja*. Mas base aliada derrubou o requerimento

Fernanda Leitóles e Chico Marés

Os vereadores de Curitiba rejeitaram o requerimento, apresentado pela oposição, que convidava o prefeito Luciano Ducci (PSB) a comparecer à Câmara Municipal para explicar as denúncias feitas pela revista *Veja* contra ele.

A reportagem, publicada na edição desta semana da revista, coloca em dúvida a evolução patrimonial de Ducci. De acordo com a revista, o patrimônio de Ducci saltou de pouco mais de R\$ 1 milhão, em 2008, para mais de R\$ 30 milhões, em 2012.

Entre os bens listados pela *Veja* estão um apartamento de R\$ 5 milhões no bairro Batel, duas fazendas em Mato Grosso e mais de cem cabeças de gado. A reportagem diz também que um suposto capataz de uma das fazendas de Ducci, Cícero Paulino, trabalhou na prefeitura de Curitiba com salário de R\$ 6 mil, mesmo morando em outro estado. Ducci nega as denúncias.

De acordo com o líder da oposição na Câmara, o vereador Jonny Stica (PT), diante da recusa de convocação do prefeito, a oposição irá protocolar dois pedidos de esclarecimentos com base na Lei de Acesso à Informação. A ban-

cada que que Ducci apresente documentação para comprovar que Paulino realmente trabalhou na prefeitura durante o período em que esteve contratado pela administração municipal. Também vai requisitar informações sobre as atividades do funcionário.

"Queríamos ouvir o prefeito Luciano Ducci, mas não foi possível. Agora vamos nos concentrar em obter a documentação necessária para fiscalizar o caso", afirmou Stica.

Os vereadores que votaram a favor do convite ao prefeito foram Aladim Luciano (PV), Algaci Túlio (PMDB), Caíque Ferrante (PRP), Jonny Stica (PT), Noemia Rocha (PMDB), Pedro Paulo (PT), Professora Josete (PT), Tito Zeglin (PDT) e Professor Galdino (PSDB).

Contrário ao convite, o líder do prefeito na Câmara, o vereador Serginho do Posto (PSDB), argumentou que prefeito entregou ao Ministério Público a documentação necessária para explicar o caso na segunda-feira.

## Ducci 1

Se o patrimônio de Ducci vem de "longa data", segundo suas palavras, eu pergunto por que no Imposto de Renda de 2008 ele só declarou R\$ 1 milhão e em 2012 declarou mais de R\$ 30 milhões? Será que ele acha que quatro anos podem ser considerados "de longa data"?

Maria Cecília de Araujo Gomes

## COLUNA DOS LEITORES

## Ducci 2

Parabéns à **Gazeta do Povo** pela reportagem com o prefeito Luciano Ducci (**Gazeta**, 18/6). Li as denúncias da revista no domingo e fiquei curioso sobre como o prefeito responderia. O jornal foi rápido e trouxe uma reportagem esclarecedora, que mostra que a eleição em Curitiba começa quente.

Sérgio Carvalho, advogado

20 JUN 2012  
GAZETA DO POVO

» TIAGORECCHIA

BIBINHO,  
VOCÊ FOI  
VISTO NUM  
SHOPPING  
FAZENDO  
COMPRAS!  
COMO  
PAGOU?

COM  
HABEAS  
CORPUS,  
ORAS.



# GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

20 JUN 2012

## **Novo capítulo**

A Justiça negou ontem pedido da Assembleia Legislativa do Paraná para derrubar a liminar que mantém suspensa a abertura das propostas de preço para a licitação que escolhe a produtora de conteúdo que irá administrar a TV Sinal, emissora do Legislativo estadual. De acordo com a decisão, os argumentos apresentados pela Casa foram insuficientes e devem ser complementados. A ação foi interposta pela produtora GW Paraná Comunicação S/A, que hoje é quem presta o serviço.

## NOTA POLÍTICA

### **Eleição em Curitiba**

O juiz da 1ª Zona Eleitoral de Curitiba, Marcelo Wallbach Silva, negou ontem pedido liminar do secretário-geral do PMDB de Curitiba, Doático Santos, para suspender o edital de convocação da convenção do partido, marcada para o próximo sábado. Na decisão, ele alegou que o tema é de competência da Justiça comum. Doático, que defende que o documento do partido não prevê a possibilidade de coligação na eleição para prefeito, disse que vai recorrer ao TRE e também acionará a Justiça comum.

## COLUNA DO LEITOR

### **Foro privilegiado**

Casos de improbidade jamais deveriam ter foro privilegiado. Devem ser tratados como qualquer outro crime, da mesma maneira como são tratados casos envolvendo cidadãos comuns. O foro privilegiado em muitos casos é uma verdadeira afronta ao cidadão de bem.

Afonso Arnhold, Palotina - PR

20 JUN 2012

# GAZETA DO POVO

## MP vai rastrear dinheiro do fundo da Polícia Civil

Promotor quer reconstituir passo a passo o caminho das verbas que saíram dos cofres públicos e não chegaram às delegacias fantasmas

*Felippe Aníbal e Mauri König*

■ O Ministério Público do Paraná (MP-PR) vai rastrear o dinheiro destinado pela Polícia Civil a cada uma das delegacias do estado nos últimos oito anos. Metade dos 399 municípios paranaenses não tem um único policial civil e ainda assim eles consumiram R\$ 22,6 milhões no período. A Promotoria de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público cruzará documentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) com as informações da Polícia Civil e os dados apresentados pela Gazeta do Povo na série "Polícia fora da lei".

"Vamos passar tudo por uma auditoria, uma perícia que contabilize quanto tinha de ter entrado [nas contas de cada delegacia], quanto realmente entrou, quanto foi desviado e para quem, se é que foi desviado", disse o promotor Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca. "É possível que, no caminhar das

investigações, seja necessária a quebra de sigilo de dados bancários", adiantou. Ele vai analisar em que esfera administrativa as supostas irregularidades se originaram e a responsabilidade de cada agente público envolvido. Depois, a Promotoria poderá centralizar as apurações em um único processo ou fazer um próprio para cada delegacia.

"Se não alcançar nem a figura do secretário [de Segurança Pública] nem do delegado-geral, seja por omissão, seja por locupletamento [enriquecimento] indevido, aquilo que diz respeito a cada cidade deve ser encaminhado ao promotor de cada município", explica Fonseca. Por se tratar de um trabalho vasto e minucioso, não há previsão para a conclusão das apurações. Se as irregularidades forem comprovadas, cada processo de investigação pode originar até três ações: duas na esfera cível e uma em foro criminal.

Na esfera cível, o MP-PR pode mover ações por improbidade administrativa (que pode culminar com a perda da função pública) e outra para ressarcimento do erário. "Não quero fazer nenhuma capitulação, mas estando comprovadas todas as notícias, existe seguramente figuras típicas que envolvem crimes contra a administração pública", assegurou o promotor.

### Mordomóveis

O MP-PR também vai investigar as denúncias sobre os "mordomóveis", viaturas usadas por policiais civis e militares para fins particulares. Fonseca adiantou que todos os delegados, policiais civis e militares mencionados na reportagem serão chamados a prestar depoimento. O promotor também requereu a documentação sobre o uso dos veículos oficiais. A exemplo do fundo rotativo, cada processo pode derivar nas três ações. Os superiores dos agentes públicos flagrados com "mordomóveis" também podem ser responsabilizados. "Se não houver responsabilidade centralizadora, cada caso será um caso separado", diz o promotor.

O secretário da Corregedoria e Ouvidoria do estado, Cid Vasques, acompanha as investigações dos "mordomóveis" e das irregularidades nos repasses às delegacias. Segundo ele, as respostas sobre o fundo rotativo demoram mais porque dependem de análise documental. Para ele, a princípio não houve desvio em proveito de alguém, mas de gerenciamento dos recursos. Vasques sustenta que a verba destinada a uma delegacia que eventualmente não estava em operação vinha sendo usada pela subdivisão para veículos que atendiam à região da unidade fechada.

20 JUN 2012

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Delegados não serão afastados dos cargos

Os delegados, escrivães e investigadores flagrados usando viaturas para fins pessoais não serão afastados porque a irregularidade é considerada transgressão de natureza leve, segundo o Estatuto da Polícia Civil. "A legislação disciplinar prevê a possibilidade de afastamento nas transgressões disciplinares de natureza grave. O uso irregular de veículos, considerado transgressão de natureza leve, é punido com repreensão, advertência ou suspensão de dois a 10 dias", explica o secretário de Corregedoria e Ouvidoria Geral, Cid Vasques.

O delegado Walter Baruffi Filho deve concluir até o dia 29 uma investigação preliminar. Depois disso, cabe ao Conselho da Polícia Civil julgar. No caso de advertência, repreensão e suspensão, o procedimento é sindicância; no caso de demissão, é processo administrativo. Dos 12 policiais flagrados pela reportagem usando carros oficiais para fins pessoais, três eram delegados integrantes do conselho. O estatuto da Civil prevê ainda a graduação da pena. Se servidor não tem registro de falha no passado funcional, aplica-se a pena mínima, ou seja, advertência.

Já na Polícia Militar, da

qual a reportagem fez cinco flagrantes de uso indevido de viatura, as investigações internas estão centralizadas na Corregedoria da instituição, regida pelo Regime Disciplinar do Exército. Vasques estima que até o dia 30 a apuração dos formulários de transgressão disciplinar deve estar concluída. Neste caso, a punição também deve ser branda. "O afastamento é uma medida extrema, adotada em casos muito peculiares e, neste caso específico, num primeiro momento, a legislação impossibilita", justifica Vasques.

### Tolerância zero

Ex-secretário nacional de Segurança, o coronel José Vicente da Silva Filho defende "tolerância zero" para o uso pessoal de veículos oficiais por parte de policiais, conforme denunciou a **Gazeta do Povo**. Na avaliação de José Vicente, a irregularidade é passível de demissão sumária, até para servir de exemplo e evitar que ocorram novos desvios. "Não é punição, é demissão. Isso é um tipo de corrupção. Independentemente de a Justiça condenar, administrativamente deveria-se demitir todo mundo. Não tem conversa. Caso contrário, é uma prevaricação grosseira", disse. O especialista ressalta que a sociedade civil tem o dever de contribuir com a fiscalização, denunciando o mau uso às corregedorias.

## CONTROLE

### Tribunal de Contas inicia pente-fino nas contas da Civil e Militar

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) iniciou um pente-fino no fundo rotativo de 2011 das polícias Civil e Militar. "Vamos verificar se os gastos foram regulares. Aquilo que a gente achar de irregular, vai apontar e recomendar à Secretaria [de Segurança Pública] que tome alguma medida administrativa", diz a Inspectora Tatiana Bove latauro, da 5ª Inspeção de Controle Externo.

Na Polícia Civil, as apurações serão feitas por amostragem. Nesta primeira fase, o TCE vai selecionar 100 delegacias para investigar, priorizando as unidades mencionadas nas reportagens da **Gazeta do Povo**. Na PM serão 38 unidades fiscalizadas.

A PM conta com mecanismos de controle interno e auditorias, diferentemente da Polícia Civil. "O controle interno deles [da Polícia Civil] é ineficiente, tanto é que algumas informações eles tiveram a partir da matéria da **Gazeta do Povo**. E não é uma coisa que vem de agora. É uma coisa estrutural. É corporativo", diz Tatiana. Segundo Tatiana, um dos focos é mudar os paradigmas administrativos das corporações. "Não adianta só resolver o que tinha de errado atrás. É preciso focar na frente também", aponta. As investigações do TCE devem ser concluídas até o fim de julho.

20 JUN 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### O QUE FALTA RESPONDER

Após a série "Polícia fora da lei", a Sesp editou resolução controlando o uso de veículos oficiais da Segurança Pública. Contudo, a redação do texto abre margem para interpretações que deixam dúvidas:

**1** – Delegados poderão continuar usando viaturas descharacterizadas mesmo fora do expediente, evocando o regime especial de trabalho dos servidores da Segurança Pública?

**2** – O combustível gasto por delegados e demais policiais para ir do trabalho para casa, e vice-versa, continuará sendo pago pelo estado?

**3** – Os delegados continuarão a usar as melhores e mais novas viaturas, mesmo sem fazer diligências, restando as mais velhas e sucateadas para o trabalho de investigação policial?

**4** – A Sesp fará uma reorganização da frota da Polícia Civil, para corrigir distorções na distribuição de viaturas para o serviço policial?



# 20 JUN 2012

## GAZETA DO POVO

### MONTE CARLO

#### **CNJ investigará ameaça ao juiz do caso Cachoeira**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai investigar denúncia de que o juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, que cuida do caso Cachoeira, teria sido ameaçado. O presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, também presidente do CNJ, disse que considera de "gravidade incomum" as supostas ameaças ao juiz. Moreira Lima, que conduzia o processo da Operação Monte Carlo, pediu o afastamento do caso por estar em "situação de extrema exposição junto à criminalidade do estado de Goiás", segundo ofício escrito por ele mesmo ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. "Não se pode ameaçar, do ponto de vista da integridade física, moral ou psicológica, nenhum julgador", disse Ayres Britto.

#### **Impedido**

Após o pedido de afastamento de Moreira Lima, o TRF anunciou que o juiz Leão Aparecido Alves passaria a comandar o processo da Monte Carlo. Mas ontem ele se declarou impedido de atuar no caso, pois é amigo da família de José Olímpio de Queiroga Neto, um dos presos na operação.

**D**e um lado, a transferência — “por exposição junto à criminalidade” — do juiz Paulo Augusto Moreira Lima da 11.ª Vara Federal em Goiás para instância distante do processo. Moreira Lima foi o responsável pela decretação da prisão de Carlos Cachoeira, pela autorização à Polícia Federal para interceptar telefonemas de suspeitos de integrar a quadrilha e pediu afastamento devido a ameaças diretas e indiretas a si e sua família.

A procuradora Léia Batista, que atua no caso pelo Ministério Público de Goiás, também se sente ameaçada e pediu ao Conselho Nacional de Justiça que tome providências para garantir-lhe a segurança.

De outro lado, as decisões do juiz Tourinho Neto, do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (Distrito Federal e Goiás, entre outros estados), que provavelmente têm fundamentação jurídica não obstante de em margem a questionamentos por parte de seus próprios pares.

Tourinho Neto tem sido generoso com a defesa de Cachoeira: determinou cancelamento de depoimento do réu na Justiça, deu voto como relator a favor da ilicitude das escutas da PF e decretou a libertação do acusado que só continuou preso por força de mandado decorrente de outro inquérito policial.

No meio disso, uma CPI bamba, perdida em minúsculas picuinhas de natureza partidária e, se não se cuidar, em via de entrar para o rol dos suspeitos.

Por ação, omissão ou interpretação condescendente sobre a higidez do Estado de Direito, se acumulam sinais de que o bando pode ser bem-sucedido nas investidas para obstruir a ação da Justiça e celebrar contente a impunidade no final.

Evidencia-se também o caráter mafioso da organização criminosa alvo de três inquéritos policiais, um processo judicial em curso e uma comissão parlamentar de inquérito composta por deputados e senadores.

Por que falar em máfia? Porque é do que se trata: empresa de fins criminosos que busca dar feição legal aos negócios mediante infiltração no Estado e cooptação de agentes públicos e privados. Movimentase com desenvoltura nos subterrâneos das instituições e usa de violência.

Nos contornos até agora conhecidos da rede montada por Carlos Augusto de Almeida Ramos, cuja qualificação como mero “contraventor” soa amena, faltava o fator violência.

Não falta mais. O juiz Moreira Lima, no ofício em que denuncia as pressões à presidência do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, fala em “homicídios” cometidos pela quadrilha por ele investigada. A própria existência dessas ameaças remete ao caso da juíza Patrícia Acioli, assassinada por sua atuação em processos envolvendo policiais integrantes de milícias no Rio de Janeiro.

Evidente, pois, que a CPI que investiga o esquema Cachoeira e suas ramificações está diante de algo grande.

**CONTINUA**

**Se acumulam sinais de que o bando [de Cachoeira] pode ser bem-sucedido nas investidas para obstruir a ação da Justiça e celebrar a impunidade.**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 JUN 2012

Tão grande que a comissão só tem um caminho: suspender as tentativas de proteger esse ou aquele grupo e retomar os trabalhos na próxima semana com a seriedade, compreendendo o que se passa debaixo de seu nariz.

Ou faz isso e prossegue nas investigações para valer — apesar dos pesares que porventura venham a pesar sobre parlamentares, governadores, prefeitos, empresários e quem mais esteja envolvido — ou a comissão de inquérito terá sido cúmplice.

Qualquer recuo a partir de agora pode significar o acobertamento de ações do crime organizado dentro do Congresso Nacional e uma gravíssima agressão às instituições.

O que está em jogo é a autoridade do Estado, desafiada quando funcionários públicos são ameaçados no exercício de quaisquer funções, mais ainda se estas dizem respeito a apuração de crimes contra o poder público e nas entranhas dele.

Não é o juiz quem tem de se afastar em nome de sua segurança, mas o Estado que precisa lhe garantir a vida, prender os autores das ameaças e assegurar condições para o desbaratamento dessa máfia.

Qualquer coisa diferente disso equivale a transferir aos bandidos um poder de decisão que não lhes pertence e pôr de antemão o juiz (ou juíza) substituto sob suspeita ou risco de morte.

20 JUN 2012

## GAZETA DO POVO

### Justiça aceita denúncia contra os “aloprados”

Seis anos após o escândalo do dossiê antitucano, o juiz da 7.<sup>a</sup> Vara Criminal da Justiça Federal em Mato Grosso, Paulo César Alves Sodré, aceitou denúncia oferecida pela Procuradoria da República no estado contra os “aloprados” — seis integrantes do núcleo de inteligência do PT que, segundo a Polícia Federal, amalharam R\$ 1,7 milhão para adquirir um falso dossiê sobre o candidato do PSDB nas eleições para o governo de São Paulo, em 2006, José Serra.

São acusados formalmente por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro o agente da PF aposentado Gedimar Pereira Passos, o engenheiro Valdebran Carlos Padilha, o ex-diretor do Banco do Estado de Santa Catarina Jorge Lorenzetti — amigo e churrasqueiro do ex-presidente Lula —, o ex-diretor do Banco do Brasil Expedito Afonso Veloso, o sindicalista Osvaldo Bargas e Hamilton Feitosa Lacerda, coordenador de campanha do então candidato do PT ao governo, Aloizio Mercadante. O ex-presidente Lula, ao se referir aos acusados como “aloprados”, é quem cunhou o termo.

Os alopados, segundo os procuradores, “tinham por fim a desestabilização da campanha eleitoral de 2006 ao governo do estado de São Paulo através de criação de vínculo entre o candidato pelo PSDB

à máfia dos sanguessugas e, com isso, favorecer o candidato do PT”. A sanguessuga era uma máfia de empresários envolvidos em fraudes nas licitações para compra superfaturada das ambulâncias.

O plano caiu na madrugada de 15 de setembro de 2006, quando o grupo foi flagrado pela PF no Hotel Ibis Aeroporto, em São Paulo, de posse da montanha de dinheiro vivo — imagens da pilha de dólares e reais foram exibidas às vésperas das eleições presidenciais por um delegado da PF.

### DIREITO

#### OAB anula quatro questões do 7.º Exame de Ordem

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante e a Coordenação Nacional do Exame de Ordem Unificado decidiram ontem anular quatro questões da prova objetiva (1.<sup>a</sup> fase) do 7.º Exame de Ordem Unificado, aplicada no dia 27 de maio. Três dessas questões foram consideradas idênticas a de exames anteriores. Já a questão 65 (Direito Penal — Tipo 1) teve o gabarito divulgado de forma equivocada, pois a resposta correta deveria ser a letra “B”, e não a letra “A”.

### » CASO YOKI

### Promotoria diz que Elize matou por dinheiro

Na tarde de ontem a 5.<sup>a</sup> Vara do Tribunal do Júri de São Paulo aceitou a denúncia (acusação formal) do Ministério Público contra Elize Matsunaga, 30 anos, presa após confessar a morte do marido, Marcos Matsunaga, de 41 anos. Para a Promotoria, Elize matou para ter direito ao seguro de vida do marido, de R\$ 600 mil.

Agora, ela passa a serré no processo sobre a morte do marido. A Justiça decretou a prisão preventiva de Elize, que deve ficar presa até o julgamento do processo. A Justiça ainda vai decidir se ela será levada ou não a júri popular.

Matsunaga foi morto em 19 de maio, no apartamento onde vivia com Elize e a filha de um ano, na Vila Leopoldina (zona oeste de São Paulo).

Ela foi denunciada por homicídio doloso triplamente qualificado (que serve para aumentar a pena): motivo torpe (vingança), recurso que dificultou a defesa da vítima e meio cruel. Ela também será processada por ocultação de cadáver.

As três qualificadoras para o homicídio contra Matsunaga serão baseadas, entre outros elementos, no laudo necroscópico que indicou que, após ser baleado na cabeça por Elize, o empresário foi degolado quando ainda estava vivo e agonizava. O laudo também diz que os braços foram arrancados com uma faca quando ele estava vivo.

20 JUN 2012

## METRO

### OAB vai recorrer da decisão do TJ sobre Lei da Transparência

O presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, disse que a entidade vai recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) da decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná que decidiu que é inconstitucional a divulgação individualizada de salários de servidores públicos

estaduais dos três poderes paranaenses.

A decisão foi tomada no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade contra a Lei Estadual da Transparência, aprovada em 2010 e em vigência desde o ano passado. Para Glomb, o julgamento revela um retro-

cesso. "É pena, pois estamos conquistando maior transparência nos órgãos públicos." Ele lembrou que o STF decidiu publicar o nome e o salário individualizado de todos seus servidores, sinalizando que a publicidade da remuneração não fere a Constituição.

### DPVAT é proporcional à invalidez, diz TJ

O TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná), condenou ontem uma seguradora a indenizar um homem que ficou com sequelas em um acidente de trânsito. Como critério, o tribunal decidiu que o valor deve ser o equivalente ao grau de invalidez do atingido, que segundo um laudo médico foi de 20%. Assim, ele receberá 20% do valor máximo

a ser pago nestes casos, que é de 40 salários mínimos.

O caso foi julgado apenas 11 anos depois do acidente, já que o pedido demorou para ser feito. De acordo com o tribunal, não houve prescrição, já que a vítima só teve certeza das sequelas depois de oito anos de fisioterapia.

METRO 20 JUN 2012

# Homicídios crescem 24%

► Dados do IBGE mostram Paraná em sétimo na violência

► Apenas três Estados reduziram índice

O IBGE divulgou ontem um aumento de 24% nos homicídios no Paraná em seis anos, de 2004 até 2009, passando para 34,5 por 100 mil habitantes. No mesmo período, a média nacional teve uma variação de menos de 1% e passou de 26,9 por 100 mil habitantes para 27,1. A fonte dos dados é o Ministério da Saúde, a partir das declarações oficiais do SUS.

O Paraná ficou em sétimo no ranking nacional dos mais violentos, atrás de Ala-

**41%** foi o aumento dos homicídios no país, de 1992 à 2009.

goas (59,3), Espírito Santo (56,9), Pernambuco (44,9), Pará (40,1), Bahia (37,0) e Rondônia (35,7). Os menores índices foram registrados no Piauí, Santa Catarina e São Paulo.

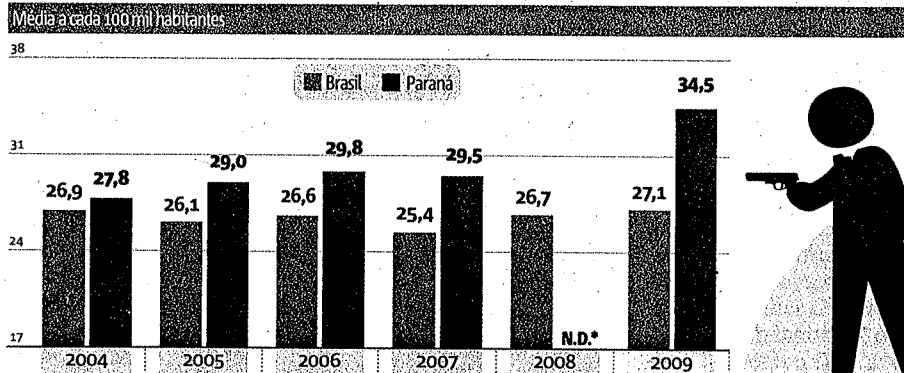
Em relação ao último ano da divulgação da pesquisa, em 2007, só três Estados tiveram redução: Rio de Janeiro (19%), Pernambuco

(15%) e Minas Gerais (11%). O IBGE apontou ainda que os crescimento das taxas de homicídios ocorreram apenas entre os homens, se mantendo estável entre as mulheres.

Em 2010, a Secretaria de Segurança Pública apontou uma queda nos homicídios no Paraná. Segundo a Sesp, a projeção para este ano é que o índice fique em 25,8.

## Homicídios no Brasil

Média de homicídios se manteve estável no Brasil, mas aumentou no Paraná



METRO 20 JUN 2012

## Justiça denuncia 'aloprados' do PT

Após seis anos, a Justiça Federal de Mato Grosso apresentou denúncia contra nove acusados de participar da compra de um falso dossiê para prejudicar o então candidato do PSDB à prefeitura de São Paulo, José Serra.

Na época, uma CPI investigava a denúncia de desvio de recursos de emendas destinadas à compra de mil ambulâncias superfaturadas em licitações vencidas pela Planan, empresa de Luiz Verdoin, apontado como chefe da quadrilha.

A atuação dos acusados teria finalidade eleitoral. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, adversário de Serra, não teve envolvimento comprovado. "É uma obra de um bando de aloprados", criticou o então presidente Lula.

Entre os réus estão seis colaboradores das campanhas de Lula e Mercadante e três pessoas ligadas à Vicatur Câmbio e Turismo Ltda., que teriam negociado a compra de dólares falsos.

A investigação não descobriu a origem de R\$ 1,7 milhão apreendidos durante operação da PF. Os acusados vão responder por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e crime contra o sistema financeiro.

**"Os denunciados prepararam um dossiê para envolver o PSDB no esquema de compra ilegal de ambulâncias."**

PAULO CÉZAR SODRÉ, JUIZ FEDERAL

## Com medo, juiz deixa caso Cachoeira

O juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, que comanda a operação Monte Carlo, da Polícia Federal, afirma ter sofrido ameaças de morte e relatou que homicídios podem ter sido cometidos por integrantes do esquema de Carlinhos Cachoeira. O magistrado pediu para deixar o caso.

O juiz Leão Aparecido Alves, de Goiás, deverá ficar responsável pelo caso.

## Justiça aceita denúncia contra Elize Matsunaga

A 5ª Vara do Tribunal do Júri de São Paulo aceitou ontem a denúncia feita pelo Ministério Público contra Elize Matsunaga, acusada de matar e esquartejar seu marido, Marcos Matsunaga.

Agora, ela é ré no processo sobre a morte de Marcos. Elize foi acusada formalmente por homicídio triplamente qualificado por motivo torpe, vingança, recurso que impossibilitou a defesa da vítima e meio cruel, e ocultação

de cadáver. Para a promotora, Elize matou para ganhar o seguro de vida do marido, de R\$ 600 mil.

Além de receber a denúncia, a Justiça decretou a prisão preventiva de Elize, que deve continuar presa até o julgamento.

Ainda falta ser decidido se Elize será levada ou não a júri popular. Ela está presa desde o dia 5 de junho, depois de confessar ter atirado e esquartejado o marido.

**20 JUN 2012**

**TRIBUNA DO PARANÁ**

## **220 vagas**

A Assembleia Legislativa aprovou oito projetos do Poder Judiciário, entre eles o que cria 220 cargos comissionados na secretaria do Tribunal de Justiça. Também passou o reajuste de 5,1% nos vencimentos de todos os servidores - ativos, inativos e de provimento em comissão - retroativo ao mês passado. Outra matéria aprovada aumenta em 11,93% os valores básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do foro extrajudicial.



# 20 JUN 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Quase 7 mil na lista negra

O Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou ontem a lista com 6.917 agentes públicos que tiveram suas contas rejeitadas pelo órgão público. São servidores e ocupantes de cargos públicos que não convenceram na prestação de contas do dinheiro público gasto em sua responsabilidade. Essas pessoas podem ser declaradas inelégíveis. O presidente do TCU, ministro Benjamin Zymler, entregou ontem a lista à presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia.

O número de agentes reprovados pelo TCU foi 41% maior que o divulgado em 2010, quando a lista entregue à Justiça Eleitoral continha 4.922 nomes. Segundo Zymler, o fato não se deve necessariamente ao aumento de práticas de corrupção, mas à fiscalização mais atenta do tribunal.

#### Análise

A lista será repassada a Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). Os nomes serão analisados caso a caso. Se não houver decisão judicial revertendo a condenação, os acusados serão impedidos de concorrer nas eleições municipais de outubro. Segundo a Lei da Ficha Limpa, condenados por tribunais de contas estão inelégíveis.

O período de condenação pelo TCU considerado na lista é de outubro de 2004 a outubro deste ano. O número de ocorrências é maior que o de condenados, chega a 10.346. Isso porque, muitas vezes, uma só pessoa foi condenada em mais de um processo no período considerado.

## Justiça mostra caloteiros

A Justiça do Trabalho divulgou ontem a lista das 100 empresas e 100 pessoas físicas com maior número de processos com débitos trabalhistas. É a primeira lista feita com base na lei que entrou em vigor em janeiro. De acordo com a legislação, todos os tribunais regionais do Trabalho passaram a alimentar o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), criado neste ano.

No topo da lista suja está a falida companhia aérea Vasp, seguida pelo Banco do Brasil. Outras grandes empresas públicas também estão na parte de cima da lista suja da Justiça do Trabalho, como Caixa Econômica Federal, em quarto lugar, e Petrobras (13.º). Entre as pessoas físicas, o ex-dono da Vasp, Wagner Canhedo Azevedo, lidera o rol de devedores, seguido de três pessoas da família dele, todas ligadas à companhia aérea.

#### Processos

Ao todo, foram identificados 1,1 milhão

de devedores cadastrados, entre empresas e pessoas físicas. Juntos, os integrantes da lista suja respondem por 1,7 milhão de processos transitados em julgado. Ou seja, a Justiça já reconheceu os direitos dos trabalhadores, mas as dívidas ainda não foram pagas.

Com o nome no cadastro de devedores, a empresa ou pessoa física fica impossibilitada de participar de licitações. Mas, se fizer depósito que garanta o valor da dívida ou penhore um bem, pode conseguir a certidão para fazer negócios com o poder público.

20 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# As polêmicas do novo Código Penal

Do terrorismo à descriminalização de alguns casos de aborto, confira as alterações propostas pela comissão de juristas do Senado

Após sete meses de trabalho, a comissão de juristas do Senado que discute a reforma do Código Penal chegou a um consenso jurídico sobre as propostas anteontem, dia da reunião final. E foram tantas as sugestões de mudança que o presidente do colegiado, Gilson Dipp, disse que nenhum tabu ficou de fora. Mas será a partir de agora, com a busca do consenso político, que a quebra de tabus se tornará o verdadeiro adversário do anteprojeto.

Integrantes da comissão entregarão na quarta-feira da semana que vem o texto de 300 páginas ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). A proposta então poderá ser formalmente discutida pelos parlamentares. Segundo eles, entre as sugestões propostas, a maior batalha será senadores e depois deputados aprovarem mudanças na legislação dos temas considerados religiosos, como o aumento de hipóteses em que o aborto deixa de ser crime.

Pela proposta, uma gestante de até 12 semanas poderá interromper a gravidez desde que um médico ou um psicólogo ateste que a mulher não tem condições de arcar com a maternidade. Atualmente, a prática é crime, exceto nas hipóteses em que a gravidez acarreta risco para a vida da mãe ou é resultado de estupro.

Mas até quem não é da bancada religiosa tem suas restrições à inovação. "Sou totalmente contra interromper uma gravidez por essas razões. Se ela não tem condições sociais para ter um filho, ela tem de se cuidar", afirmou o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que é médico obstetra.

A comissão também se envolveu em outras polêmicas

Propôs criar o crime de enriquecimento ilícito nos casos de servidores ou autoridades públicas que não conseguirem comprovar a origem de determinado bem ou valor. Também sugeriu que a cópia de um CD de música ou de um livro didático para uso pessoal, sem qualquer objetivo de lucro, deixe de ser considerado crime de violação de direito autoral.

O líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), afirmou que a tradição da Casa é votar em bloco as propostas de reforma de códigos. Dessa forma, o texto não é fatiado por assuntos, mas acaba tendo tramitação mais demorada por falta de acordo sobre temas diversos. Como exemplo, a comissão de reforma do Código de Processo Civil aprovou em junho de 2010 seu texto final e a proposta está ainda em tramitação na Câmara dos Deputados.

**Eleições.** O tucano admite que neste ano a discussão da proposta de reforma do Código Penal será ainda mais complicada por causa das eleições municipais, quando o Congresso entra em recesso branco e temas sensíveis são deixados de lado para não contaminarem a disputa. "Há temas que são perigosos em ano eleitoral. Creio que neste ano vai ser difícil", afirmou.

## Esforço é para que '171' continue a ser estelionato

● Relator do texto final, de 300 páginas, o procurador regional da República Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, esforça-se agora para manter a numeração de alguns tipos penais conhecidos da população. Dessa forma, o artigo 121 continuaria a tratar de homicídio, o 157 de roubo e o 171 especificamente de estelionato. Esses artigos ficaram tão reconhecidos pela população que se tornaram gírias. O '171', por exemplo, virou sinônimo de trambiqueiro.

A tentativa de observar o que a sociedade pensa da Justiça, aliás, foi um dos motores da comissão de juristas. Conforme o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp, talvez nenhuma outra comissão dedicada a reformas de códigos produziu um anteprojeto tão debatido na esfera pública. Ele ainda espera que a sociedade volte a ser ouvida durante as discussões no Congresso. "Isso criará um código que atenda às necessidades da sociedade brasileira de hoje e de amanhã."

CONTINUA

## CONTINUAÇÃO

### OS 23 PRINCIPAIS TÓPICOS

#### 1. Aborto



No caso do aborto, são sugeridas a diminuição das penas e o aumento nas hipóteses de des-criminalização. A principal inovação é que a gestante de até 12 semanas poderá interromper a gravidez desde que um médico ou psicólogo ateste que a mulher não tem condições de arcar com a maternidade

#### 2. Ortotanásia

Deixa de ser um homicídio comum, com pena máxima de 20 anos para até 4 anos de prisão. A prática não será considerada crime quando o agente deixa de fazer uso de meios artificiais para manter a vida do paciente, a doença é grave e for irreversível, atestada por dois médicos, com consentimento do paciente ou da família.

#### 3. Enriquecimento ilícito

Servidores públicos e agentes políticos dos três Poderes que não conseguirem comprovar a origem de um determinado bem ou valor poderão ser presos por até cinco anos. O Estado poderá se apossar do bem de origem duvidosa. Atualmente, ter patrimônio a descoberto não é crime por si só.

#### 4. Jogo do bicho

A prática deixaria de ser contra-venção, delito de menor potencial ofensivo, para se tornar crime, com pena de até 2 anos de prisão. Ao contrário do que ocorre hoje, os apostadores não estariam sujeitos a penas.

#### 5. Furto

Uma pessoa que devolva um bem furtado pode ter a pena contra si extinta. A vítima tem de concordar expressamente com a restituição do produto, antes ou no curso do processo. A anistia valeria também para os reincidentes na prática.

#### 6. Progressão de regime

Dificulta a progressão de regime para quem tenha sido condenado ao praticar crimes de forma violenta, sob grave ameaça, ou que tenham acarretado grave lesão social.

#### 7. Abuso de autoridade

O servidor público poderá ser punido com até 5 anos de prisão. Pela lei atual, de 1965, a pena máxima é de 6 meses de prisão. Foi mantida a previsão para a pena de demissão para quem tenha praticado a conduta.

#### 8. Crimes hediondos

Embora tenha excluído a corrupção do rol de crimes hediondos, o colegiado acrescentou



outros sete delitos ao atual rol: redução análoga à escravidão, tortura, terrorismo, financia-

mento ao tráfico de drogas, tráfico de pessoas, crimes contra a humanidade e racismo. Os crimes hediondos são considerados inafiançáveis e não suscetíveis de serem perdoados pela Justiça, tendo regimes de cumprimento de pena mais rigorosos que os demais crimes.

#### 9. Crime de terrorismo

Foi sugerida a criação do tipo penal específico para crimes ligados ao terrorismo, com pena de 8 a 15 anos de prisão. A proposta prevê ainda revogação da Lei de Segurança Nacional, de 1983, usada atualmente para enquadrar práticas terroristas. A conduta não será considerada crime se tiver sido cometida por movimentos sociais e reivindicatórios.

#### 10. Bebida a menores

De acordo com a nova proposta, passaria a ser considerado crime vender ou simplesmente oferecer bebidas alcoólicas a menores, ressalvadas as situações em que a pessoa seja do convívio dele.

#### 11. Anistia a índios

Teriam redução de pena ou simplesmente seriam anistiados os índios que praticarem crimes de acordo com suas crenças, costumes e tradições. A previsão só valerá para situações em que haja um reconhecimento de que o ato não viole tratados reconhecidos internacionalmente pelo País e ficará a critério da decisão do juiz. O oferecimento de bebida a índios dentro das tribos passaria a ser crime, com pena de até 4 anos de prisão.



12.

### **Organização criminosa**

Cria o tipo penal, com penas de até 10 anos de prisão. Hoje, por inexistência de previsão legal, a conduta é enquadrada em formação de quadrilha, com pena máxima de 3 anos.

13.

### **Máquina eleitoral**

Poderá ser punido com pena de até 5 anos de prisão o candidato que tenha se beneficiado pelo uso da máquina pública durante o período eleitoral. Hoje, a pena é de 6 meses. O colegiado enxugou de 85 para apenas 14 os tipos de crimes existentes no Código Eleitoral. Entre as sugestões, estão o aumento de pena para crimes eleitorais graves, como a compra de votos e a coação de eleitores, e a descriminalização de algumas condutas, como a boca de urna.

14.

### **Empresas criminosas**

Uma empresa pode ser até fechada, caso tenha cometido um crime. Ela responderá a processo se tiver cometido crimes contra a economia popular, contra a ordem econômica e contra a administração pública, que é o caso de corrupção. Atualmente, há previsão na Constituição para esse tipo de sanção penal, mas na prática apenas as que atuam na área ambiental estão sujeitas a penalização.

15.

### **Informação privilegiada**

Cria o tipo penal para quem se vale de uma informação reservada de uma empresa que potencialmente pode aumentar as ações dela, tem a obrigação de não a revelar ao mercado, mas a utiliza para obter privilégios.

16.

### **Cópia de CD**

Deixaria de responder a processo por "violação do direito autoral" quem fizer uma cópia integral de uma obra para uso pessoal, desde que não tenha objetivo de lucro. Ou seja, copiar um CD de música ou um livro didático para uso próprio deixaria de ser crime. Atualmente, a pena para os condenados pela conduta pode chegar a até 4 anos.

17.

### **Meio ambiente**

Seria aumentada de 1 ano para 3 anos a pena máxima para quem tenha sido condenado por realizar obra ou serviço potencialmente poluidor sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

18.

### **Abuso de animais**

Passaria a ser crime abandonar animais, com pena de até 4 anos de prisão e multa. Foi aumentada a pena para quem tenha cometido abuso ou maus tratos a animais domésticos, domesticados ou silvestres, nativos ou exóticos. A pena subiria de 3 meses a 1 ano de prisão para 1 ano a 4 anos.

19.

### **Discriminação**

Aumentariam as situações em que uma pessoa pode responder na Justiça por discriminar outra. Pelo texto, poderá ser processado quem praticar discriminação ou preconceito por motivo de gênero, identidade ou orientação sexual e em razão da procedência regional. Pela legislação atual, só podem responder a processo judicial quem discrimina o outro por causa da raça, da cor, da etnia, da religião ou da procedência nacional. Os crimes continuariam sendo imprescritíveis, inafiançáveis e não sujeitos a perdão judicial ou indulto. A pena seria a mesma de atualmente, de até 5 anos de prisão.

20.

### **Embriaguez ao volante**

Foi retirado qualquer obstáculo legal para comprovar que um motorista está dirigindo embriagado. Passaria a ser crime dirigir sob efeito de álcool, bastando como prova o testemunho de terceiros, filmagens, fotografias ou exame clínico.

21.

### **Drogas sem crime**

Pela proposta, deixaria de ser crime portar drogas para consumo próprio. Não haveria crime se um cidadão for flagrado pela polícia consumindo entorpecentes. Atualmente, a conduta é considerada crime, mas sujeita apenas à aplicação de penas alternativas. Mas há uma ressalva para a inovação: consumir drogas em locais onde haja presença de crianças e adolescentes continua sendo crime. A venda – de qualquer quantidade que seja – é crime. O plantio – se for para consumo próprio – não seria mais considerado crime.

22.

### **Delação premiada**

O delator poderia ter redução de pena e até ficar livre da prisão caso colabore com a Justiça.

23.

### **Crimes cibernéticos**



Cria o tipo penal para tipificar crimes contra a inviolabilidade do sistema informático, ou seja, aqueles cometidos mediante uso de computadores ou redes de internet, deixando de serem considerados crimes comuns. Passaria a ser crime o mero acesso não autorizado a um sistema informatizado.

20 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Esquema sabia de operação, afirma juiz

Paulo Lima, que deixou o caso alegando ameaças de morte, disse ao CNJ que grupo de Cachoeira foi informado da Monte Carlo um mês antes

O juiz substituto da 11.<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal em Goiânia, Paulo Augusto Moreira Lima, disse em depoimento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que a quadrilha do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, sabia das investigações da Polícia Federal um mês antes de a Operação Monte Carlo ser deflagrada, em 29 de fevereiro deste ano.

O magistrado, que se afastou do caso alegando ser vítima de ameaças de morte, revelou em depoimento à Corregedoria do conselho que, após o vazamento dos dados sigilosos, a organização, com influência nos três Poderes, planejava neutralizar a ação dos órgãos encarregados das apurações e da Justiça.

Moreira Lima contou que os criminosos tiveram notícia de qual juiz estava encarregado do caso, do nome da operação e da lista de investigados, bem como de que haveria pedidos de busca e prisão sendo analisados. Eles também foram informados de detalhes da rotina do juiz e de que ele estava trabalhando quase que exclusivamente na elaboração das decisões contra a quadrilha de Cachoeira.

Num diálogo, citado pelo magistrado no depoimento, Olímpio Queiroga, apontado como número dois da máfia dos caçaníqueis, fala com Cachoeira sobre as investigações e sugere uma retaliação: "Muita gente do nosso negócio tá. Nós temos que tomar alguma providência", alerta. "Temos que fazer a nossa parte, entendeu? Ir pra cima (de) todo mundo", acrescenta.

## ● Escuta

### OLÍMPIO QUEIROGA

EM CONVERSA COM CACHOEIRA, RELATADA POR MOREIRA LIMA  
"Muita gente do nosso negócio tá (na investigação). Temos que tomar alguma providência"

O CNJ foi chamado a interceder na Justiça Federal em Goiás em razão das suspeitas de que o telefone do juiz titular da 11.<sup>a</sup> Vara, Leão Aparecido Alves, foi grameado por ordem de Moreira Lima, que comandava, como substituto, o processo da Operação Monte Carlo.

Leão tem relações com a família de Queiroga e, ontem, se declarou suspeito para julgar o caso. Ele chegou a representar contra o colega na Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região (TRF-1). No dia seguinte, o então corregedor Cândido Ribeiro foi a Goiânia para ouvir Moreira Lima.

**Pressão.** Na conversa reservada com a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, Moreira Lima disse que seu trabalho estava sendo desqualificado, especialmente em razão da contestação da legalidade das escutas telefônicas. Além disso, relatou que se sentia pressionado por colegas e que temia por sua segurança.

Eliana Calmon designou um de seus assessores para mediar um entendimento entre os magistrados em Goiás. Na conversa, conforme relatado ao Estado, Moreira Lima afirmou que a Polícia Federal e o Ministério Público eram responsáveis pelas investigações.

Ao final das discussões, ficou claro que o telefone do juiz Leão Alves estava no rol das escutas porque sua mulher, Maria do Carmo Alves, teria conversado

com pessoas que estavam sob investigação.

Oficialmente, o CNJ registrou as declarações de Moreira Lima. A íntegra, à qual o Estado teve acesso, mostra que a participação de suspeitos de homicídio no grupo de Carlinhos Cachoeira o preocupava.

**Investigação.** Dentre os 82 investigados há 40 policiais. Segundo Moreira Lima, Queiroga é alvo de ao menos dez inquéritos por suposta participação em diversos crimes, tem quatro armas em seu nome e é acusado de homicídio.

No depoimento, ele disse ainda que o réu é citado na CPI do Narcotráfico por participação, no Espírito Santo, em atividades da Escuderia Le Coq, associação de policiais criada no rio na década de 1960 e que ganhou, no passado, o estigma de "esquadrão da morte".

**CONTINUA**

20 JUN 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Com a Monte

Carlo, ameaças

se intensificaram

Aos 34 anos, ex-delegado da Polícia Federal, o juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima foi testado em grandes investigações e em processos que o colocaram como alvo de retaliações. Ao se defrontar com o grupo de Carlinhos Cachoeira, mais uma vez viu-se na linha de frente. Desta vez, as ameaças veladas a ele e sua família o fizeram abandonar o caso.

Na 11.<sup>a</sup> Vara Criminal de Goiânia desde maio de 2009, Moreira Lima já havia julgado policiais, empresários e condenou o traficante Leonardo Dias de Mendonça. No relato que fez, revelado pelo **Estado**, afirmou ter recebido de um detento a informação de que o Primeiro Comando da Capital estaria planejando um atentado contra ele. “Leonardo Dias frequentemente encaminha cartas para mim se mostrando revoltado com sua situação.”

Com a Monte Carlo, Moreira Lima viu a investigação ganhar corpo e relatou ao Conselho Nacional de Justiça que estava chegando a dezenas de policiais, além de políticos. Daí, passou a sofrer pressões e pediu segurança para continuar no caso. “Por orientação da PF, venho seguindo rígido protocolo”, afirmou à Corregedoria-Geral do TRF.

CONTINUA

## Britto diz que caso é de 'gravidade incomum'

Reação de magistrado do STF reflete sentimento de várias cortes em relação a ameaças a juiz. CNJ ouvirá hoje Moreira Lima

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, classificou como caso de "gravidade incomum" as ameaças que tiraram o juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima do comando do processo contra o contraventor Carlos Cachoeira e da Operação Monte Carlo. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) abriu investigação do caso, revelado ontem pelo Estado, e ouvirá hoje o relato de Lima. A corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, quer saber se o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região negligenciou a situação.

"É um caso de gravidade incomum. Na linguagem jurídica, (é um caso) de gravidade qualificada", afirmou Britto. "Não se pode ameaçar nenhum julgador, muito menos ele e sua família."

Eliana Calmon disse que reunirá, hoje, Paulo Augusto Moreira Lima, o corregedor-geral do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, Carlos Olavo, e o juiz titular da 11.ª Vara Federal em Goiás, Leão Aparecido Alves. "Não podemos ter juízes ameaçados, nem aceitar que ameaças veladas, físicas ou morais, impeçam que a nossa magistratura desempenhe suas funções", disse Eliana.

O Ministério Público também reagiu às ameaças. A Associação Nacional dos Procuradores da República divulgou nota em que cobra "providências imediatas e eficazes de segurança" para os responsáveis pela Monte Carlo. Para o presidente da ANPR, Alexandre Camanho, é afronta ao Estado as ameaças sofridas pelo juiz e pela procuradora da República Léa Batista, que recebeu e-mail anônimo ressentido com a operação.

**Afastamento.** O juiz federal Leão Aparecido Alves herdaria o comando do processo da Monte Carlo. Alves acreditava que estava sendo investigado por Moreira Lima e por isso pediu à Corregedoria-Geral do TRF1 que analisasse a conduta do colega. Leão Alves, amigo de um dos principais investigados na operação, declarou-se suspeito e não julgará o processo.

Na sessão de ontem, o plenário do CNJ aprovou uma moção em favor de Moreira Lima. O presidente da Associação de Juizes Federais (Ajufe), Nino Oliveira Toldo, cobrou a aprovação do projeto de lei que permitiria a magistrados, em casos rumorosos, dividir a responsabilidade com mais dois colegas, o que poderia diluir as pressões sobre os juizes.

O presidente da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, Wadih Damous, lembrou o assassinato da juíza Patrícia Acioli, no Rio, e disse ser um "descalabro" o juiz não poder julgar um caso

em razão de ameaças. "Um juiz que deixa de cumprir com o seu dever fundamental que é o de julgar, por falta de segurança, exemplifica mais uma vez a negligência do Estado brasileiro com as suas obrigações", afirmou.

### ● Repercussão



**ELIANA CALMON**

CORREGEDORA NACIONAL DE JUSTIÇA

"Não podemos ter juízes ameaçados, nem aceitar que ameaças veladas, físicas ou morais, impeçam a magistratura de desempenhar suas funções"



**WADIH DAMOUS**

PRESIDENTE DA OAB-RJ

"Um juiz que deixa de cumprir seu dever, julgar, por falta de segurança, exemplifica a negligência do Estado brasileiro"



**Indignação.** Para Ayres Britto, não se pode ameaçar julgadores

20 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Juiz aceita denúncia e 'aloprados' viram réus em processo

Grupo é acusado, na Justiça estadual, por amealhar R\$ 1,7 milhão para comprar dossiê contra candidaturas Serra e Alckmin em 2006

Seis anos após o escândalo do dossiê antitucano, o juiz da 7.<sup>a</sup> Vara Criminal da Justiça Federal em Mato Grosso, Paulo César Alves Sodré, aceitou denúncia oferecida pela Procuradoria da República no Estado contra os aloprados – seis quadros do núcleo de inteligência do PT que, segundo a Polícia Federal, amealharam R\$ 1,7 milhão para adquirir um dossiê com informações falsas sobre o candidato do PSDB nas eleições para o governo de São Paulo, em 2006, José Serra.

A denúncia, subscrita pelos procuradores do Ministério Público Federal Douglas Santos Araújo, Ludmila Bortoleto Monteiro e Marcellus Barbosa Lima, aponta e descreve a ação do grupo petista.

São acusados formalmente por formação de quadrilha para a prática de crimes financeiros e lavagem de dinheiro o agente da PF aposentado Gedimar Pereira Passos, o engenheiro Valdebran Carlos Padilha, o ex-diretor do Banco do Estado de Santa Catarina Jorge Lorenzetti – amigo e churrasqueiro do ex-presidente Lula –, o ex-diretor do Banco do Brasil Expedito Afonso Veloso, o sindicalista Osvaldo Bargas e Hamilton Feitosa Lacerda, coordenador de campanha do então candidato do PT ao governo, Aloizio Mercadante.

Os aloprados, segundo os procuradores, “tinham por fim a desestabilização da campanha eleitoral de 2006 ao governo do Estado de São Paulo através de criação de vínculo entre o candidato pelo PSDB à máfia dos sanguessugas e, com isso, favorecer o candidato do PT”.

Os aloprados caíram na madrugada de 15 de setembro de 2006, quando capturados pela PF no Hotel Ibis Aeroporto, em São Paulo, de posse da montanha de dinheiro vivo – imagens da pilha de dólares e reais foram exibidas às vésperas das eleições presidenciais por um delegado da PF.

O dossiê, produzido pelo empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin e seu pai, Darci Vedoin, estabelecidos em Cuiabá (MT), não passava de um apanhado de imagens de Serra fazendo entrega de ambulâncias na época em que exercia o cargo de ministro da Saúde (governo Fernando Henrique Cardoso). A sanguessuga era uma máfia de empresários envolvidos em fraudes nas licitações para compra superfaturada das ambulâncias.

Também é acusado Fernando Manoel Ribas Soares, sócio majoritário da Vicatur Casa de Câmbio, situada em Nova Iguaçu (RJ), onde teria sido adquirida parte dos dólares apreendidos com os aloprados. A procuradoria incluiu na denúncia Sirley da Silva Chaves e Levy Luiz da Silva Filho, que teriam repassado dólares para a organização.

“Na esfera nacional, o assunto do dossiê foi delegado ao então chefe do Grupo de Informações do Partido dos Trabalhadores, Jorge Lorenzetti”, sustenta a denúncia. “A ligação de Lorenzetti com a cúpula do PT era evidente. Ex-diretor do Banco do Estado de Santa Catarina, Lorenzetti havia sido convidado pelo então coordenador da campanha presidencial, Ricardo Berzoini, para trabalhar nas informações de interesse da campanha nacional do PT.”

Lorenzetti declarou à PF que, em meados de agosto de 2006, “recebeu ligações de Mato Grosso comunicando a existência de informações importantes ligando o então candidato José Serra ao governo de São Paulo ao esquema de corrupção das sanguessugas”. Diante disso, revelou, “encarregou Gedimar Passos e Expedito Veloso para analisarem os documentos em Cuiabá e encaminharem a negociação com Valdebran para aquisição do dossiê”.

## Defesa ‘estranha’ fato de acusação chegar só agora

“Achô muito estranho essa denúncia ter sido oferecida agora, seis anos depois (*dos fatos*), em período pré-eleitoral e muito próximo ao julgamento do mensalão”, reagiu o criminalista Alberto Zacharias Toron, defensor de Hamilton Lacerda, coordenador da campanha eleitoral de Aloizio Mercadante ao governo de São Paulo pelo PT em 2006.

Toron ponderou que ainda não teve acesso à acusação formal do Ministério Público Federal, que relata a suposta participação de Lacerda no episódio dos aloprados. Segundo inquérito da Polícia Federal, Lacerda foi emissário do dinheiro e flagrado pelo sistema interno de vídeo do Hotel Ibis Aeroporto em duas oportunidades.

**CONTINUA**



# O ESTADO DE S. PAULO

QUEM SÃO OS 'ALOPRADOS'

## CONTINUAÇÃO

O advogado Roger Fernandes, que defende o engenheiro Valdebran Carlos Padilha, revelou perplexidade com a denúncia. "Causou-nos muita estranheza os tipos penais imputados a Valdebran, tais como formação de quadrilha, crime contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro."

**Casa de câmbio.** Para Fernandes, o enquadramento criminal de seu cliente "definitivamente não se amolda à conduta (*de Valdebran*) no episódio conhecido como dossiê pelo simples fato de ele não ter conhecimento da origem do dinheiro e não ter vínculo com nenhuma casa de câmbio".

Fernandes argumenta. "Ele (*Valdebran*) não era responsável pelo transporte do dinheiro. A responsabilidade de Valdebran consistia tão somente na intermediação da negociação, em verificar a existência do numerário e do material apreendido e, dessa forma, dar ok às pessoas para que fizessem a transação. Aos olhos da defesa essa transação era totalmente lícita. Valdebran desconhecia qual seria o destino a ser dado àquele material."

Fernandes afirma, ainda: "Nos autos não há sequer uma única prova que corrobore a denúncia contra Valdebran. Tenho imenso respeito pelo trabalho da Procuradoria da República, mas as acusações são desassociadas de todo o conjunto probatório."



**Hamilton Lacerda**  
Coordenador de campanha de Mercadante flagrado no Ibis com mala preta



**Osvaldo Bargas**  
Negociou com os Vedoin a compra do dossiê contra José Serra



**Expedito Veloso**  
Também participou da negociação com os Vedoin para a compra do dossiê



**Valdebran Padilha**  
Do grupo de informações do PT, preso em com R\$ 758 mil e US\$ 109,8 mil



**Jorge Lorenzetti**  
Trabalhava com informações para o PT. Acionou Gedimar, Expedito e Osvaldo Bargas.



**Gedimar Passos**  
Preso com US\$ 139 mil e R\$ 410 mil, parte do dinheiro dos alopRADOS



**Fernando Manoel Ribas Soares**  
Sócio da Vicatur, é o principal responsável pelas operações ilícitas com dólares



**Sirley Chaves**  
Cunhada de Levy, assumiu ter utilizado laranjas para vender dólares

**Levy Luiz da Silva Filho**  
Foi um dos compradores de dólares da Vicatur, dinheiro que foi para os "alopRADOS"

20 JUN 2012

20 JUN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

## Banco Mundial tira Daniel Dantas de site

O Banco Mundial retirou da sua página na internet informações sobre o banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity. A medida atende a notificação do Opportunity, contestando “informações erradas e desatualizadas” sobre Dantas. A página citava quatro brasileiros em “lista internacional de corrupção”. “O Superior Tribunal de Justiça declarou a nulidade das provas colhidas na operação Satiagraha, contra Daniel Dantas”, justificou o Opportunity.

# O ESTADO DE S. PAULO

# Elize matou por dinheiro, 20 JUN 2012

# diz promotor

Ministério Público vai pedir 35 anos de prisão para mulher de executivo da Yoki morto e esquartejado no mês passado na Vila Leopoldina

O promotor da 5.<sup>a</sup> Vara do Júri José Carlos Cosenzo afirmou ontem que houve motivação financeira por parte de Elize Araújo Kitano Matsunaga, de 30 anos, quando matou e esquartejou o marido, o diretor executivo da Yoki Marcos Kitano Matsunaga, de 42. O assassinato foi no dia 19 de maio no triplex onde o casal vivia, na Vila Leopoldina, zona oeste de São Paulo. Ele apresentou denúncia e pediu a prisão preventiva da ré, que foi concedida ontem mesmo pela Justiça.

Segundo o promotor, havia claro "interesse patrimonial" na morte de Matsunaga, porque Elize era beneficiária de um seguro de R\$ 600 mil e a filha era herdeira. "Teria independência, ficaria com a guarda da filha e em uma situação financeira invejável."

Cosenzo disse que Elize temia o fim do casamento, que já estava arruinado. "Estava assistindo a um filme do qual ela já foi protagonista. Viu que alguém estava pegando o lugar dela", afirmou. "Ela não queria perder o status financeiro", completou.

O executivo era casado quando conheceu Elize, em 2004, como prostituta. Antes do crime, a ré descobriu que Matsunaga a traía com uma acompanhante do mesmo site onde anunciava seus serviços no passado.

O promotor acredita que ela tenha agido sozinha e vê no fato de Elize ter contratado um detetive por cerca de R\$ 7 mil e viajado para o Paraná indício de premeditação - queria provas de que o marido havia "desaparecido" de casa porque tinha outra.

Para o promotor, a prisão preventiva é necessária para a garantia da ordem pública (evitar impunidade), conveniência da instrução criminal (preservação de testemunhas e provas) e aplicação da lei penal (pode fugir).

**Penas.** O promotor denunciou Elize por homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima) e ocultação de cadáver (depois de esquartejar o executivo, jogou partes do corpo em Cotia). Há também uma agravante genérica, pelo fato de a vítima ser o marido. Cosenzo disse que, se condenada, a ré pode pegar até 35 anos de prisão. "Não há nenhuma excludente, como legítima defesa ou estado de necessidade", disse. "Confessou porque não tinha como escapar."

Cosenzo disse que a denúncia não perde força por ele ter amante. "Socialmente, pode ser contestável, mas não é juridicamente aceitável. Se for matar todo mundo que tiver amante, haja cemitério", disse. Para ele, foi um crime hediondo e frio. "Ela fez um monte de bobagens típicas de um bandido sem escrúpulos, mas sem qualificação."

## Amante pode ir à Justiça pedir parte da herança

● O advogado Roberto Parentoni disse ontem que sua cliente, a garota de programa Natália, tinha um relacionamento amoroso com Marcos Matsunaga havia mais de um ano e pode ir à Justiça requerer parte dos bens do executivo. "Na minha opinião, ela tem direito", disse o advogado.

A informação de que Natália conhecia Matsunaga havia mais de um ano contradiz o próprio depoimento dela à polícia, quando disse que se envolveu com o executivo como garota de programa em fevereiro. "Ela omitiu informações", disse Parentoni, destacando que novas declarações devem ser juntadas ao processo.

Segundo a nova versão, Natália não era mais acompanhante quando conheceu o executivo e o amava. Os R\$ 27 mil que recebeu de Matsunaga seriam para começar uma nova vida com ele. E o carro blindado, de R\$ 100 mil, teria sido dado para que ela se protegesse de Elize, que já sabia do caso. Parentoni disse que Natália tem medo de morrer.

20 JUN 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

# Disputa tributária entre a Vale e a Receita chega ao CNJ

OAB do Rio pede que seja afastada procuradora que defende a Receita e é assistente de juiz que decidiu contra a Vale

A disputa bilionária em relação à cobrança de tributos sobre o lucro de empresas coligadas no exterior, que opõe o governo e a Vale, chegou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Ordem dos Advogados do Brasil critica a atuação de uma procuradora da Fazenda Nacional, que defende causas da Receita Federal no Judiciário, como assistente de um juiz que emitiu decisão contra a mineradora. O Fisco cobra cerca de R\$ 30 bilhões da empresa.

O caso começou em fevereiro, quando a seccional do Rio de Janeiro da OAB enviou ao CNJ um pedido de afastamento da procuradora Patrícia de Seixas Lessa do gabinete do juiz federal Theophilo Miguel. A OAB argumenta que o trabalho de procuradores em gabinetes de juízes que decidem questões tributárias os influencia a tomar decisões contrárias aos contribuintes.

“Isso põe em xeque a isenção do Judiciário, causando desequilíbrio de forças no processo, uma vez que os procuradores da Fazenda Nacional atuam representando uma das partes nos processos que envolvem matéria tributária de interesse da União”, afirmou o presidente da OAB do Rio, Wadih Damous.

Alvo da representação da OAB, a procuradora afirmou, por escrito ao CNJ, que a prática de ceder advogados da União e da Fazenda Nacional é disseminada. Ela cita como exemplo a presença de procuradores do governo em cinco gabinetes de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

### • Dívida

## R\$ 30 bi

é o valor aproximado que o Fisco cobra da Vale por tributos incidentes sobre lucro das operações internacionais da empresa. A disputa está na Justiça e ainda não há decisão definitiva.

Em sua defesa, Patrícia descreve seu histórico profissional, que inclui o cargo de coordenadora de Grandes Devedores da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e diz que não tem interesse “econômico, político ou ideológico em beneficiar, indevidamente, quaisquer das partes”. Diz, ainda, que não está “subordinada nem vinculada a qualquer autoridade do Poder Executivo Federal” desde que tomou posse como assistente no TRF.

O procurador-geral da OAB do Rio, Ronaldo Cramer, disse que o caso da procuradora é emblemático. “A procuradora atuou no processo em defesa da União e depois como assessora do desembargador que julgou a causa. Esse caso fala por si só e mostra que essa cessão de procuradores federais pode sujeitar as decisões judiciais a alegações de parcialidade. Por isso, deve ser proibida pelo CNJ.”

Escolhido como relator do caso, o conselheiro Jose Luiz Munhoz convocou a OAB, Procuradoria-Geral da República, a Advocacia-Geral da União e o sindicato dos procuradores da Fazenda (Sinprofaz) para uma audiência pública hoje. A procuradora Patrícia Lessa, o juiz federal e a Vale não se pronunciaram.

# 20 JUN 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Defensoria abre 600 ações sobre Pinheirinho

A Defensoria Pública Estadual já entrou com aproximadamente 600 processos contra o Estado em nome de ex-moradores do Pinheirinho, em São José dos Campos, que afirmam ter sofrido abusos durante a reintegração de posse pela Polícia Militar, em janeiro. O defensor Jairo Salvador Souza afirmou que as denúncias incluem de agressão a humilhação durante a ação da polícia.

“Tiros de bala de borracha de maneira gratuita, utilização indiscriminada de armas, pais ameaçados e humilhados na frente dos filhos estão entre as alegações”, afirma Souza. As queixas ainda envolvem perdas materiais e de objetos relacionados à história das famílias, como vídeos e álbuns de fotografias.

Para dar entrada em tantos processos, um mutirão de 20 defensores foi formado nos últimos meses. “Nas próximas semanas, daremos entrada em mais 150 ações”, anunciou o defensor Souza.

Para as ações de danos materiais, a média pedida é de R\$ 20 mil. “Eles perderam armário, televisão, fogão, geladeira”, afirmou. No caso das indenizações, por danos morais, os pedidos são maiores, entre R\$ 30 mil e R\$ 60 mil. “Teve gente ainda que sofreu danos estéticos, como cicatrizes causadas por balas de borracha.” A Defensoria prepara outra ação contra o Estado por causa dos danos urbanísticos causados pela operação.

# JORNAL DO ESTADO

# Juiz rejeita anulação

# de edital 20 JUN 2012

# DA CONVENÇÃO

Magistrado alega que Justiça Eleitoral não tem competência para avaliar pedido de ala pró-Ducci

O juiz Marcelo Wallbach Silva, da 1ª Zona Eleitoral, rejeitou pedido do secretário-geral do PMDB de Curitiba, Doático Santos, de anulação do edital de convocação da convenção municipal do partido, marcada para o próximo sábado. O juiz alegou que a Justiça Eleitoral não tem competência para analisar o pedido, o que só caberia à Justiça Comum, já que se trata de uma questão interna da legenda.

Doático alegou que o edital não foi aprovado pela maioria da Executiva municipal, nem inclui a possibilidade de discussão de uma coligação com o PSB do prefeito Luciano Ducci. Ele integra a ala que rejeita a candidatura do ex-prefeito Rafael Greca e defende o apoio do partido a Ducci.

“Vê-se, destarte, que a questão ora posta sob análise trata de discussão interna do próprio partido, aliás da Comissão Executiva do Partido, matéria que deverá ser submetida a análise da Justiça Comum, diante da manifesta incompetência desta Justiça Especializada em atuar em matéria interna corporis”, afirmou o juiz na decisão.

## DO PMDB

“Vamos recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral. A convocação para a convenção é nula, porque não houve reunião dos integrantes da comissão executiva municipal. Além disso, o edital foi redigido de forma capciosa, para alijar o grupo que defende a coligação com o PSB. Não vamos permitir que o Estatuto do partido seja rasgado”, reagiu Doático.

O PMDB curitibano está dividido entre a candidatura de Greca, apoiada pelo senador e presidente do diretório municipal, Roberto Requião, e a aliança com Ducci, defendida por um grupo encabeçado pelos deputados estaduais Alexandre Curi, Reinhold Stephanes Júnior, e pelo deputado licenciado e atual secretário de Estado do Trabalho do governo Beto Richa, Luiz Cláudio Romanelli. Requião alega que a candidatura própria à prefeitura na Capital é fundamental para manter as chances do PMDB tentar voltar ao governo do Estado em 2014. E que aderir a Ducci já no primeiro turno significaria na prática abrir mão de disputar o governo daqui a dois anos para apoiar antecipadamente a reeleição do governador Beto Richa (PSDB).

Já os dissidentes apontam que a candidatura de Greca é inviável, já que o ex-prefeito lidera os índices de rejeição e tem baixo percentual de inten-

ção de voto. Além disso, apontam que Greca não tem o apoio da base do PMDB, que o vê como alguém que construiu sua carreira política como aliado do ex-governador Jaime Lerner, adversário histórico do partido.

**Registro** — Ontem, além de anunciar a intenção de recorrer da decisão da Justiça, Doático lançou outro questionamento contra Greca. Segundo ele, o pedido de registro da candidatura a prefeito entregue na reunião da comissão executiva municipal do PMDB na segunda-feira pode ser anulado. A alegação é de que Greca entregou o pedido, manuscrito, fora do prazo regimental e sem a subscrição de 5% dos convenccionais, conforme prevê o Estatuto do PMDB. “O Estatuto é claro e prevê que o registro de candidatura seja feito oito dias antes da convenção, com a subscrição de 5% dos convenccionais. Isso não foi feito. Além de entregar um documento manuscrito, a entrega foi feita no dia 18 e somente com a assinatura do pré-candidato e, portanto, o registro pode ser anulado. Nem Greca nem ninguém está acima da lei”, afirmou.

Em nota, Greca rebateu a alegação, afirmando que o registro de sua candidatura foi aprovado por unanimidade pelo diretório municipal. E que sua inscrição foi feita dentro das regras previstas no estatuto do partido.

**CONTINUA**

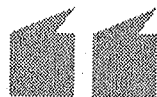
# 20 JUN 2012

## JORNAL DO ESTADO

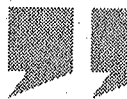
### CONTINUAÇÃO

A briga antecipa um racha que já se anuncia para as eleições de 2014. O grupo pró-Ducci, formado majoritariamente por deputados estaduais que já aderiram à base do governo Beto Richa na Assembleia Legislativa, pretende levar o PMDB para uma aliança formal com Richa em troca de cargos em uma futura administração estadual. Além disso, Romanelli sonha com a indicação de candidato a vice-governador na chapa de reeleição do tucano. Já Requião tem anunciado a intenção de tentar voltar ao Palácio Iguacu daqui a dois anos. }!

### OMISSÃO



**A convocação para a convenção é nula, porque não houve reunião dos da executiva.**



do secretário-geral do PMDB, Doático Santos

# JORNAL DO ESTADO

MONTE CARLO

## STF diz que ameaça a juiz do caso é grave

20 JUN 2012

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, afirmou serem de “gravidade incomum” e “qualificada” as ameaças veladas feitas ao juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima, que comandava o processo contra o contraventor Carlinhos Cachoeira, e que o levaram a abandonar o caso. “Não se pode ameaçar do ponto de vista físico, moral ou psicológico nenhum julgador e sua família”, afirmou.

A corregedora Nacional de Justiça, Eliana Calmon, afirmou que ouvirá o juiz Moreira Lima e convocará questionará o Tribunal Regional Federal da 1ª Região se foram adotadas providências para proteger o magistrado ou se o tribunal simplesmente aceitou seu afastamento do cargo.

“Não podemos ter juízes covardes, juízes ameaçados. Não podemos aceitar que ameaças veladas impeçam a magistratura de exercer suas funções”, afirmou a ministra. “No dia que aceitarmos tal precedente, não teremos magistrados independentes”, acrescentou.

À corregedora, o juiz federal Moreira Lima afirmou que, além das ameaças veladas, seu trabalho era contestado pelos colegas de tribunal, especialmente a legalidade das provas obtidas no curso das investigações.

De acordo com Eliana Calmon, Moreira Lima disse que seu trabalho estava sendo desqualificado pelo TRF. “Se minhas provas estão sendo desqualificadas, se estou me sacrificando à toa, eu estou saindo do processo”, afirmou o juiz conforme Eliana Calmon.



# JORNAL DO ESTADO

LEVANTAMENTO

20 JUN 2012

## Devedores da Justiça do Trabalho

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) divulgou ontem a relação dos 100 maiores devedores da Justiça do Trabalho de cada Estado. Os nomes estão disponíveis no site [www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br). Dentre os maiores devedores trabalhistas do Paraná estão empresas prestadoras de serviço de asseio e conservação, usinas, indústrias alimentícias, cooperativas agrícolas, frigoríficos, bancos e empresas de vigilância. Da relação, destacam-se ainda diversas empresas em recuperação judicial ou que tiveram a falência decretada. Além das 100 pessoas jurídicas, a relação também contempla as 100 pessoas físicas com maior número de processos com débitos trabalhistas no TRT do Paraná. A divulgação completa os dados referentes à 2ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada de 11 a 15 de junho em todo o Brasil. No Paraná, foram acordados mais de R\$ 9 milhões durante a semana, em várias unidades judiciárias do Estado.

### OS 20 MAIORES DEVEDORES DO PARANÁ

- ▶ Usina Cambará S.A – Bioenergética; Inkafarma Comércio Farmacêutico S.A.
- ▶ Usina Central de Paraná S.A. Agric Ind e Com
- ▶ Doclan Alimentos LTDA
- ▶ Irmandade Santa Casa Monsenhor Guilherme
- ▶ Cooperativa Agrícola de Cotia Cooperativa Central em Liquidação
- ▶ GVA Indústria e Comércio S.A.
- ▶ Freezagro Produtos Agrícolas LTDA
- ▶ Matadouro e Frigorífico Continental LTDA
- ▶ Indústria Trevo LTDA
- ▶ Itaú Unibanco S.A.; Brasil Telecom S/A
- ▶ EBV-Empresa de Vigilância LTDA
- ▶ Mercantil Internacional Ind Com e Construções LTDA
- ▶ Level Mecânica Industrial LTDA
- ▶ Encol S/A Engenharia Comércio e Indústria
- ▶ Frigorífico Nacional de Eldorado Importação e Exp LTDA
- ▶ Ambiental Vigilância LTDA; Banco do Brasil SA
- ▶ Orbram Segurança e Transporte de Valores LTDA

### DOSSIÊ

## Aceita denúncia contra “aloprados”

Seis anos após o escândalo do dossiê antitucano, o juiz da 7ª Vara Criminal da Justiça Federal em Mato Grosso, Paulo César Alves Sodré, aceitou denúncia oferecida pela Procuradoria da República no Estado contra nove envolvidos no caso que ficou conhecido nacionalmente como o caso dos “aloprados”. A denúncia foi oferecida pelos procuradores Douglas Santos Araújo, Ludmila Bortoleto Monteiro e Marcellus Barbosa Lima. Consta na lista dos réus Gedimar Pereira Passos, Valdebran Carlos Padilha, Jorge Lorenzetti, Expedito Afonso Veloso, Osvaldo Bargas, Hamilton Feitosa Lacerda, Fernando Manoel Ribas Soares, Sirley da Silva Chaves e Levy Luiz da Silva Filho.

O advogado de um dos principais envolvidos, Valdebran Padilha, disse que os crimes que constam nos autos “não condizem com a realidade”. O advogado espera a citação do seu cliente para entrar com um recurso.

# JORNAL DO ÔNIBUS

Projeto que  
cria 220 cargos  
no TJ é aprovado

20 JUN 2012

Os deputados aprovaram na sessão plenária de ontem oito projetos de lei de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovados nesta os projetos de lei nº 206/12, criando 220 cargos de provimento em comissão na estrutura do quadro de servidores daquele Poder, vinculados à secretaria do TJ; e o de nº 218/12, reajustando os vencimentos básicos dos servidores do Judiciário – ativos, inativos e de provimento em comissão – em 5,1%, a partir de maio de 2012.

Pelo texto, serão criadas 100 cargos de "Assistente 1 de Juiz de Direito", exclusivos para bacharéis em Direito, e outros 120 cargos de "Assistente 2 de Desembargador". As vagas serão nomeadas pelo Presidente do TJ-PR, mediante proposta do magistrado, "observando-se os critérios de necessidade e competência profissional". A remuneração mensal para os cargos é de R\$ 2.488,17.

As despesas decorrentes da execução da Lei serão de responsabilidade do orçamento do Poder Judiciário e devem impactar em R\$ 5,6 milhões em 2012, e mais R\$ 9,6 milhões para os anos seguintes.

O TJ-PR aposta nas nomeações em cargos de assessoria para acelerar os trabalhos, tendo baseado a justificativa com os resultados no cumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça de 2011, na qual o Judiciário do estado foi o primeiro.

## Sem divulgação

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) decidiram, por unanimidade, na segunda-feira (18), que a divulgação dos salários dos servidores públicos do Paraná é inconstitucional. A decisão foi tomada em julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, impetrada pelo ex-deputado Jocelito Canto, contra a Lei Estadual da Transparência (Lei nº 16.595) de 2010.

# 20 JUN 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **CPMI da violência contra a mulher em Curitiba**

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional que investiga a violência contra a mulher estará no sábado (24) e domingo (25). A CPMI fará uma audiência pública no dia 25, às 14h, no plenário da Assembleia Legislativa. Na audiência, os parlamentares da comissão vão ouvir gestores públicos, representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, movimentos sociais e sociedade civil organizada. Na noite de domingo (24), os parlamentares da CPMI terão uma reunião com movimentos sociais e de mulheres.

# FOLHA DE S. PAULO

ROBERTO LIVIANU 20 JUN 2012

## Ministério Público e luta contra a corrupção

O Movimento do Ministério Público Democrático é fruto de um sonho de promotores idealistas que há 21 anos começaram essa caminhada pelo associativismo democrático, pela cidadania, pela Justiça mais aberta, acessível e humana. Pelo Ministério Público cada vez mais próximo da comunidade, dialogal, proativo e dotado do agir comunicativo, definido por Jürgen Habermas.

Não há dúvida que o MP precisa continuar investigando, mediando conflitos, processando e pedindo punição sempre que necessário, endurecendo em prol do interesse público sem perder a ternura, como já disse Guevara, requisito imprescindível para aqueles que lidam com seres humanos no cotidiano, como nós. Sem mordaza, com liberdade, ética e responsabilidade.

Mas cremos que não basta o trabalho cotidiano no gabinete para concretizarmos nossa missão constitucional de defender a ordem jurídica e a democracia, protegendo os interesses difusos e coletivos, além do exercício da ação penal pública.

Precisamos sair do gabinete, conversar com o povo. Explicar seus direitos e deveres. Construir uma cultura de respeito aos valores humanos, éticos, sociais e democráticos.

Um bom exemplo foi a aprovação da Lei da Ficha Limpa, de iniciativa popular, na qual o MPD se envolveu com o Movimento de Combate à Cor-

Há muita corrupção privada, de propina no restaurante a desvio no condomínio. Todos pagam pelo jeitinho brasileiro, já disse o coronel de “Tropa de Elite 2”

rupção Eleitoral —belo momento da cidadania brasileira. Outro foi a participação no fórum nacional que trabalhou pela aprovação da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no mês passado e é vital para a transparência e controle do poder.

Agora nos dedicaremos a conversar com cada brasileiro sobre corrupção. E envolver todos os círculos sociais que gravitam em torno de nós neste debate. Queremos chamar a atenção para esse assunto gravíssimo, que parece não ter solução. Que não se resume a processos e punições. Que exige um reposicionamento na direção da ética, do respeito ao outro, do respeito ao que é de todos.

Queremos que todos vejam a corrosão social que a corrupção gera. E que, se nada fizermos, ela destruirá direitos das próximas gerações.

Precisamos ter coragem de expor, admitir e enfrentar nossa crise de valores éticos. A palavra crise, aliás, vem do latim —crisis—, significando momento de decisão.

Precisamos de honestidade para reconhecer que além do corrupto há o corruptor! Que além da corrupção

pública, política e administrativa temos muita corrupção privada, com polpudas comissões subterrâneas em micro ou megacontratos, sindicatos que desviam recursos dos condomínios e gente que dá propina para furar fila até em restaurantes.

Não acreditamos em formulas mágicas. Mas acreditamos no controle da corrupção, que exige planejamento estratégico e vontade política. Transparência. Educação para a cidadania, formando gerações menos individualistas e mais preocupadas com o coletivo, com a ética, com o respeito ao patrimônio público.

Queremos ser um Ministério realmente Público. E cumprir nosso papel constitucional. Isso inclui chamar cada um a cumprir seu papel perante a sociedade, inclusive denunciando. Para receber essas denúncias, criamos o [www.naoaceitocorrupcao.com.br](http://www.naoaceitocorrupcao.com.br), com o link de cada Ministério Público estadual.

O jeitinho brasileiro, de querer sempre levar vantagem em tudo, gera um círculo muito vicioso e perverso. E quem paga esta conta somos cada um de nós, como lembra o coronel Roberto Nascimento no epílogo de “Tropa de Elite 2”.

ROBERTO LIVIANU, 43, doutor em direito pela USP, é promotor de Justiça, vice-presidente do Ministério Público Democrático e coordenador-geral da campanha Não Aceito Corrupção

# FOLHA DE S. PAULO

**Juiz do caso  
Cachoeira se  
afasta após  
sofrer ameaça.**

**20 JUN 2012**

**Magistrado substituto  
se declara impedido**

Responsável pelas decisões judiciais da Operação Monte Carlo, que investigou o empresário Carlinhos Cachoeira, o juiz federal Paulo Augusto Moreira Lima pediu afastamento do caso após relatar ser alvo de ameaças.

Em ofício, disse estar em “situação de extrema exposição junto à criminalidade de GO”.

Além da Monte Carlo, listou outras decisões que teriam desagradado criminosos, mas deu a entender que a operação foi decisiva.

Segundo ele, sua família “foi procurada por policiais que gostariam de conversar” sobre a operação, “em nítida ameaça velada, visto que mostraram que sabem quem são meus familiares”.

O juiz passará um período fora do país. As ameaças foram reveladas pelo “O Estado de S. Paulo”.

O juiz que assumiria o caso, Leão Aparecido Alves, se declarou ontem impedido. Ele é amigo de um dos réus da ação gerada pela Monte Carlo. O TRF não informou quem irá cuidar do processo.

O presidente do STF, Carlos Ayres Britto, e a corregedora do CNJ, Eliana Calmon, repudiaram as ameaças.

Em nota, a Associação Nacional dos Procuradores da República pede “providências imediatas” e cita também ameaça a Léa Batista, procuradora que trabalha no caso.

20 JUN 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Brasil vai reduzir homicídios com perícia, diz ministro

### Governo federal vai equipar e treinar investigadores e peritos para solucionar crimes e reduzir impunidade

**Com investimento de R\$ 53 mi neste ano, projeto piloto será em Alagoas, em parceria com governo local**

**NATUZA NERY**  
DE BRASÍLIA

O governo federal prepara sua versão "CSI" para reduzir os altos índices de homicídios no país. A referência ao seriado norte-americano resume o foco do programa: equipar investigadores e centrar na perícia para solucionar crimes e reduzir a impunidade.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, antecipou à **Folha** o plano. O projeto piloto será em Alagoas, Estado mais violento do país, segundo a União.

Neste ano, serão R\$ 25 milhões federais e outros R\$ 18 milhões vindos do governo local só para a aquisição de equipamentos, como as famosas maletas usadas pelos investigadores do seriado de TV.

"Há problema de recursos, mas joga-se muito dinheiro fora em segurança pública."

★

**Folha - Qual o foco do projeto?**

**José Eduardo Cardozo** - Começar pelo local mais violento, numa parceria com o governo local. Note-se que

ele é governado pelo PSDB. Estamos tratando a violência como questão de Estado; não pode haver jogo de empurra.

No caso de Alagoas, vimos que a impunidade era um fator decisivo na elevação da criminalidade.

Outro foco é informação: a partir de 2013, o Estado que não abastecer o sistema federal com dados padronizados não receberá verba para segurança. Está na lei e vai ajudar muito o diagnóstico.

**Falta de investigação reforça a impunidade?**

Sim. Das 604 solicitações de perícia feitas até maio [em Alagoas], 97% estão pendentes. Dos 412 inquéritos instaurados, metade está pendente.

Existem mais de 3.000 laudos periciais pendentes e 3.000 mandados de prisão em aberto. Grande parte dos homicídios, 52%, ocorre só em Maceió e Arapiraca.

**E para combater a pistolagem?**

A Polícia Federal vai entrar no combate ao crime organizado, com foco para esquadrões da morte. Gastaremos R\$ 25 milhões federais para aquisição de equipamento, inclusive aquelas maletas de perícia.

Mandaremos para lá peritos da Força Nacional enquanto o Estado contrata peritos e policiais por concursos. Vamos criar, em julho, a delega-

cia de homicídios e dar curso de investigação de homicídios.

**Mas isso resolve o problema dos inquéritos?**

Dividiremos o Estado em distritos. Acompanharemos, em uma sala de situação, a evolução da violência, uma vez ao mês. Farão parte governador, União, Ministério Público, Justiça, polícias.

Faremos força-tarefa no sistema prisional e outra para agilizar inquérito. Nas áreas violentas e de consumo de drogas, vamos implantar mais de 100 câmeras de vídeo. Vamos distribuir rádios, helicópteros.

Nós e o governador Teotônio Vilela estamos comprando tablets para os policiais.

**Não precisa desarmar o Estado?**

Vamos ampliar os postos de arrecadação e destruir armas acauteladas [sob tutela da polícia]. Elas ou são roubadas ou 'saem' à noite para passear e depois voltam. Vamos destruir mais de 2.000 no lançamento do programa.

O governo de Alagoas bonificará o policial por arma apreendida, de R\$ 250 a R\$ 400.

**No caso do executivo da Yoki, a perícia desvendou as circunstâncias em poucos dias...**

É esse padrão que queremos dar a Alagoas e ao país. Nenhum Estado está adequado aos padrões internacionais.

# 20 JUN 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### HOMICÍDIOS NO PAÍS

**90%**

das vítimas são homens, com maior ocorrência entre 15 e 29 anos de idade

- No ranking oficial, Alagoas, Espírito Santo e Pará são os Estados campeões em homicídios no país
- Já os Estados de São Paulo, Piauí e Santa Catarina são os que registram as menores taxas de homicídio

**78%**

dos homicídios se concentram em 400 municípios, universo que será foco do governo

- Na última década, Norte e Nordeste tiveram a maior alta nas taxas
- Em 2000, Alagoas ocupava a 11ª posição no ranking de homicídio, que era liderado por Pernambuco (hoje no 4º lugar)

# CONJUR 20 JUN 2012

## CNJ decide se vai adotar ficha limpa para o Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça poderá adotar a Lei da Ficha Limpa no Poder Judiciário. A decisão deve ser tomada nesta terça-feira (19/6), quando a proposta for analisada e discutida em pauta da sessão plenária. As informações são da *Veja Online*.

A resolução é inspirada na Lei Complementar nº 135, aprovada em 2010, e criada a partir de uma iniciativa popular que contou com mais de 1,3 milhão de assinaturas. A lei criou critérios mais rígidos para candidatos a cargos eletivos, como a ausência de condenação em segunda instância por crimes eleitorais, contra a economia popular, a administração pública e o meio ambiente, de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, entre outros.

Se aprovada a proposta, a resolução estenderá as regras moralizantes da “Lei da Ficha Limpa” às nomeações para cargos de confiança dos tribunais, os que não dependem de concurso público. Com isso, ministros, desembargadores e juízes não poderão mais nomear pessoas que tenham sido condenadas por crimes ou atos de improbidade.

A resolução valerá também para os atuais e futuros ocupantes de cargos de confiança. Para regularizar a situação dos atuais servidores, os tribunais terão prazo de noventa dias para recadastrar os funcionários, exigindo a apresentação de certidões negativas que comprovem a “ficha limpa”. Depois disso, caso algum servidor esbarre em alguma das proibições, será notificado e o tribunal terá prazo máximo de cento e oitenta dias para analisar a situação e, se preciso, exonerar o funcionário.

O propósito da resolução, segundo o autor da proposta, Bruno Dantas, é banir das posições de comando dos tribunais brasileiros pessoas que tenham histórico criminal incompatível com o exercício de cargos públicos relevantes.

Os órgãos sujeitos aos efeitos da resolução, caso aprovada, serão os 96 tribunais, nas Justiças estadual, federal, trabalhista, eleitoral e militar. Apenas o Supremo Tribunal Federal não se submete às determinações do CNJ.



# CONJUR 20 JUN 2012

## Defensoria pede indenização para ex-moradores de Pinheirinho

A Defensoria Pública ajuizou cerca de 600 ações de indenização em favor dos ex-moradores do bairro Pinheirinho, São José dos Campos, por entender que a massa falida proprietária do terreno foi a responsável por destruir residências e bens da população que ali morava.

O defensor público Jairo Salvador, responsável por maior parte das ações, também culpa o município e o Estado por exagero na força aplicada pela Guarda Civil e pela Polícia Militar durante o processo de desocupação da área.

As ações pedem indenização para as pessoas que perderam bens ou tiveram seus pertences destruídos, além de indenizar os moradores também por danos morais. Os valores pedidos dependem de cada ação proposta, mas variam, em média, entre R\$ 20 mil, para danos materiais e 50 a 100 salários mínimos, para danos morais.

A área situada no bairro de Pinheirinho foi objeto de decisão judicial de reintegração de posse. Em janeiro de 2012, a decisão foi cumprida e desde então as ações de indenização tem sido propostas. O defensor público Jairo Salvador imagina que mais 150 ações da mesma natureza ainda sejam propostas, embora, até o momento, nenhuma tenha sido julgada pela Justiça. *Com informações da Assessoria de Imprensa da Defensoria Pública de São Paulo.*